

Políticas Públicas Para Educação De Pessoas Que Envelhecem Nas Apae's Do Estado Do Tocantins

Valmir Fernandes De Lira, Neila Barbosa Osório
Universidade Federal Do Tocantins-Uft, Brasil

Resumo:

O envelhecimento da população com deficiência intelectual e múltipla atendida pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) é uma realidade que exige atenção e ações coordenadas. Este estudo se justifica pela necessidade ética e social de garantir uma vida adulta digna e um envelhecimento de qualidade para essas pessoas, reconhecendo o papel crucial das APAEs na adaptação do suporte integral ao longo de todas as fases da vida. A pesquisa em políticas públicas para esse grupo é fundamental para assegurar seus direitos, otimizar recursos e promover sua qualidade de vida. Diante desse cenário, a presente pesquisa **investiga** em que medida as políticas públicas educacionais existentes no Estado do Tocantins têm sido efetivas em garantir o direito à educação contínua para pessoas em processo de envelhecimento atendidas pelas APAEs, considerando as lacunas e desafios na sua implementação prática. O **objetivo geral** do estudo é analisar as políticas públicas educacionais voltadas para pessoas em envelhecimento atendidas pelas APAEs no Tocantins e sua efetivação. Para tanto, **os objetivos específicos** incluem a identificação das políticas existentes, o levantamento da caracterização do público que envelhece nas APAEs do estado, a verificação de como as APAEs do Tocantins atendem educacionalmente esse público e a análise dos desafios na implementação dessas políticas. A pesquisa é de **natureza básica, com abordagem qualitativa**, utilizando formas bibliográfica e documental. Os **instrumentos de coleta de dados** abrangem livros, artigos, periódicos, documentos eletrônicos e impressos, além de documentos públicos, dados governamentais, leis, códigos e portarias.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Educação, Envelhecimento, Pessoas com Deficiência, APAEs do Tocantins

Date of Submission: 20-10-2025

Date of Acceptance: 30-10-2025

I. Introdução

As Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) desempenham um papel fundamental no suporte a pessoas com deficiência intelectual e múltipla ao longo de suas vidas. Tradicionalmente focadas na educação e no desenvolvimento na infância e adolescência, as APAEs têm se deparado com um cenário crescente: o envelhecimento de seus usuários e boa parte desses usuários tem como responsáveis e/ou cuidadores seus avós. Este processo traz consigo desafios específicos e a necessidade de adaptação das práticas e serviços oferecidos.

O envelhecimento para pessoas com deficiência intelectual e múltipla pode apresentar particularidades. Questões de saúde física e mental podem se manifestar de forma diferenciada, tais como uma atenção especializada e multidisciplinar. A perda de autonomia, a diminuição da rede de apoio familiar (com o envelhecimento dos pais, avós e/ou responsáveis) e a necessidade de cuidados de longa duração são aspectos que se tornam mais evidentes com o passar dos anos.

Nesta pesquisa, dentre as nomenclaturas utilizadas para definir o fenômeno do envelhecimento populacional, observou-se que a palavra idoso é uma das mais utilizadas quando se refere à pessoa com mais de 60 anos, em decorrência principalmente pela definição da Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/03, que inclusive foi renomeado de "Estatuto do Idoso" para "Estatuto da Pessoa Idosa" em 2022, conforme noticiado pelo Senado Federal).

Há também a nomenclatura de pessoas na "melhor idade" na tentativa de suavizar o termo "velhice" e trazer uma conotação mais positiva à fase do envelhecimento. Peixoto, C. (2000), discute que o uso da "melhor idade" é a busca por qualificar positivamente a velhice. A obra organizada por Barros MML (p. 117) traz os termos velho, velhote, idosos e terceira idade classificados como estigmatizantes para as pessoas que conseguiram perpassar pelos 60 anos de idade. A ideia desta nomenclatura de melhor idade, segundo Peixoto, C. (2000) é associar essa etapa da vida a oportunidades de lazer, bem-estar e qualidade de vida, frequentemente ligada à aposentadoria e à disponibilidade de tempo para atividades prazerosas. O Glossário Coletivo de Enfrentamento ao Idadismo (Câmara Municipal de São Paulo & Longevida), detalha diversas expressões pejorativas associadas a "velho" e "velhice", evidenciando o caráter discriminatório do termo em muitos contextos.

No entanto autores como Vieira (2020), apontam que essa romantização pode mascarar os desafios reais do envelhecimento, não tratando das reais necessidades e das diversas situações advindas desta etapa da vida.

Uma das maiores pesquisadoras sobre o envelhecimento foi a francesa Simone de Beauvoir, S. de. (1990), que em seu livro *A velhice* explora as representações sociais da velhice ao longo da história, muitas vezes marcadas por preconceito. Em decorrência da importância e da contribuição de sua obra e a partir do entendimento da pesquisadora Neila Osório, “não há flexão da palavra idoso e nem se pode romantizar o envelhecimento como melhor idade”, com isso, e pelo caráter de pesquisa, neste trabalho será adotado o termo envelhecimento.

Justifica-se o estudo aqui proposto tendo por base que o envelhecimento nas APAEs é uma realidade que exige um olhar atento e a implementação de ações coordenadas entre as instituições, as famílias, os profissionais e o poder público. Garantir uma vida adulta digna e um envelhecimento com qualidade para as pessoas com deficiência intelectual e múltipla é um imperativo ético e social. As APAEs, com sua expertise e compromisso, têm um papel crucial nessa jornada, adaptando-se para oferecer suporte integral em todas as fases da vida. A pesquisa sobre políticas públicas voltadas para pessoas que estão envelhecendo nas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) é de fundamental importância por diversos motivos interconectados, que abrangem desde a garantia de direitos até a otimização de recursos e a promoção da qualidade de vida dessa população.

Estudar políticas públicas para o envelhecimento nas APAEs é crucial para entender as transformações demográficas e as necessidades emergentes desse público, subsidiar a criação de respostas sociais e governamentais adequadas, garantir direitos, promover a inclusão e melhorar significativamente a qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual que estão envelhecendo e são assistidas por estas instituições. Trata-se de um investimento no bem-estar de uma parcela vulnerável da população e no aprimoramento do sistema de proteção social como um todo. Com base no exposto, o **problema** que gerou esta pesquisa foi: Em que medida as políticas públicas educacionais existentes no Estado do Tocantins têm sido efetivas em garantir o direito à educação contínua para pessoas em processo de envelhecimento atendidas pelas APAEs, considerando as lacunas e desafios na sua implementação prática?

O presente estudo tem como **Objetivo Geral** analisar as políticas públicas educacionais voltadas para pessoas em processo de envelhecimento atendidas pelas APAEs no Estado do Tocantins e sua efetivação. Para o delineamento da pesquisa os objetivos específicos foram: a identificação das políticas existentes; o levantamento da caracterização do público que envelhece nas APAEs do TO; Verificar como as APAEs do TO atendem educacionalmente esse público; Analisar os desafios na implementação dessas políticas

II. Referencial Teórico

O envelhecimento da população é uma realidade global que também se reflete no universo das pessoas com deficiência (PcD). Historicamente, a expectativa de vida desses indivíduos era significativamente menor, mas os avanços na medicina, o maior acesso a cuidados e a melhoria nas condições de vida têm resultado em uma longevidade crescente. Este cenário impõe novos desafios e a necessidade de adaptação de políticas e serviços, especialmente para instituições como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), que desempenham um papel crucial no atendimento a esse público. No estado do Tocantins, essa discussão se torna ainda mais pertinente, considerando as particularidades regionais e a necessidade de fortalecer as redes de apoio.

Segundo Freitas Dutra (2020), o processo de envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual e outras deficiências atendidas pelas APAEs é multifacetado. Frequentemente, essas pessoas podem experienciar um envelhecimento precoce ou apresentar comorbidades e condições de saúde específicas que demandam atenção especializada. Além das questões biológicas, há implicações psicossociais significativas, como a perda de cuidadores (muitas vezes os pais, também idosos), o aumento do risco de isolamento social, a necessidade de reconfiguração dos arranjos de moradia e a busca por autonomia e qualidade de vida na velhice (BRASIL, 2015; NUNES; SAAD, 2019).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI - Lei nº 13.146/2015) assegura o direito ao envelhecimento saudável e digno, mas a efetivação desse direito requer políticas públicas intersetoriais e serviços preparados para essa nova demanda (BRASIL, 2015).

As APAEs, tradicionalmente focadas na educação, habilitação e reabilitação de crianças, jovens e adultos com deficiência, encontram-se diante da necessidade de repensar suas práticas pedagógicas e terapêuticas para atender ao público que envelhece. A "educação" nesse contexto transcende o ensino formal e se volta para uma perspectiva de educação ao longo da vida, visando a manutenção da funcionalidade e autonomia, a promoção da saúde e do bem-estar e a inclusão social e sua participação em espaços de convivência que tenham atividades de lazer e cultura.

Conforme Brasil (2008), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva preconiza o atendimento às necessidades educacionais especiais em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Embora não foque especificamente no idoso com deficiência, seus princípios de inclusão e desenvolvimento integral devem ser estendidos a essa população.

No Tocantins, um estado com vasta extensão territorial e desafios logísticos, as APAEs desempenham um papel ainda mais vital, muitas vezes sendo o principal ou único ponto de apoio para as PcD e suas famílias

em diversas localidades, sendo que o estado tem atualmente 41 destas unidades espalhadas pelo estado. Os desafios para a implementação de programas voltados ao envelhecimento incluem a necessidade de capacitar as pessoas que trabalham nestas instituições, a revisão dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) para incluir conteúdos e atividades pertinentes ao envelhecimento, a adequação dos espaços físicos e aquisição de materiais e tecnologias assistivas que atendam às necessidades dos velhos.

Como perspectivas, vislumbra-se a oportunidade de as APAEs tocantinenses se tornarem centros de referência no cuidado e na promoção da qualidade de vida da pessoa com deficiência que envelhece. Isso pode ser alcançado através do investimento em inovação, da busca por parcerias estratégicas e do fomento à participação ativa dos próprios usuários e suas famílias na construção das propostas.

O envelhecimento da pessoa com deficiência é uma realidade que convoca as APAEs, incluindo as do Tocantins, a um processo de reflexão e transformação. A educação, em seu sentido mais amplo, é ferramenta essencial para promover um envelhecer ativo, saudável e com dignidade. Investir em pesquisa, formação, adaptação de serviços e articulação de políticas públicas é fundamental para garantir que os direitos dessa população sejam respeitados e que possam desfrutar de uma vida plena em todas as suas fases.

III. A Pessoa Com Deficiência: Um Recorte Histórico

A trajetória histórica das pessoas com deficiência, tanto no mundo quanto no Brasil, revela uma trajetória marcada pela exclusão, segregação e estigmatização, mas também por avanços importantes em termos de direitos humanos e cidadania. A superação do modelo médico e a adoção do modelo social constituem um dos principais marcos desta evolução, promovendo um olhar mais humanizado e inclusivo.

O tratamento social e político das pessoas com deficiência tem evoluído significativamente ao longo da história. Desde a Antiguidade até os dias atuais, os modos de perceber e tratar as pessoas com deficiência passaram por mudanças profundas, ora marcadas por exclusão e marginalização, ora por avanços em direitos e cidadania.

Na Antiguidade, predominava uma visão negativa e excludente das pessoas com deficiência. Em civilizações como Esparta e Roma, indivíduos com deficiências físicas ou intelectuais eram frequentemente vistos como um fardo para a sociedade. Em Esparta, por exemplo, crianças nascidas com algum tipo de deficiência eram abandonadas para morrer, prática justificada por uma ideologia baseada na força e na perfeição física (Goffman, 1988).

Finkelstein (1980), discorre que durante a Idade Média, a deficiência era muitas vezes associada a aspectos religiosos e morais. Havia uma crença generalizada de que as deficiências eram punições divinas ou manifestações de possessão demoníaca. Ao mesmo tempo, a caridade cristã promoveu algumas ações assistenciais, mas que reforçaram a marginalização e a segregação dessas pessoas.

Conforme Davis (2002), o Iluminismo e o advento das ciências modernas, entre os séculos XVII e XVIII, começaram a alterar essa percepção. A deficiência passou a ser compreendida sob uma ótica médica, sendo vista como objeto de estudo e intervenção. Instituições como hospitais e asilos surgiram para isolar e tratar essas pessoas, o que consolidou o modelo médico de deficiência.

Somente no século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, iniciou-se uma mudança mais significativa, com o surgimento de movimentos sociais que passaram a reivindicar direitos civis, inclusão e acessibilidade. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, é considerada um marco fundamental nesse processo, ao consagrar a deficiência como uma questão de direitos humanos e não apenas médica (ONU, 2006).

No Brasil, o tratamento das pessoas com deficiência seguiu, em linhas gerais, as mesmas tendências do contexto ocidental, mas com especificidades relacionadas à sua formação histórica, social e econômica.

Mazzotta(2005) traz que, durante o período colonial e imperial, as pessoas com deficiência eram, em sua maioria, invisibilizadas. O Estado não promovia políticas públicas específicas para esse grupo, e a assistência era realizada majoritariamente pela Igreja Católica, através da caridade (Mazzotta, 2005). A deficiência era vista como uma condição de desvio ou anormalidade, sendo tratada de forma excludente.

Historicamente, a Educação Especial no Brasil emergiu no século XIX, ainda no contexto imperial, com a criação de instituições pioneiras como o Instituto Imperial de Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant (1854), e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1857), voltadas, respectivamente, para o atendimento de pessoas cegas e surdas. Essas iniciativas refletem uma concepção médica e segregadora, na qual as pessoas com deficiência eram vistas como incapazes de frequentar as escolas regulares, necessitando de espaços especializados (Mazzotta, 2005).

Segundo Januzzi (2006), no início do século XX, o Brasil começou a institucionalizar práticas voltadas às pessoas com deficiência, com a criação de escolas e centros especializados, como o Instituto Benjamin Constant, fundado em 1854, destinado à educação de pessoas cegas, e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), criado em 1857. Esses espaços, apesar de importantes, reforçam a ideia de segregação, afastando as pessoas com deficiência do convívio social comum. Durante boa parte deste período histórico, a Educação Especial no Brasil permaneceu marcada por essa perspectiva, com foco no assistencialismo e na caridade, sendo

relegada ao setor privado ou filantrópico. Foi nesse contexto que surgiram as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), desempenhando um papel crucial no atendimento educacional e social de pessoas com deficiência intelectual.

Nas décadas de 1960 e 1970, surgiram no Brasil movimentos organizados de pessoas com deficiência, inspirados pelas lutas civis internacionais, que começaram a pautar o direito à inclusão e à participação social plena. Esse movimento culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu princípios fundamentais de igualdade e proteção às pessoas com deficiência, reconhecendo-as como cidadãs de direitos (Brasil, 1988).

Mais recentemente, o Brasil avançou com a aprovação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – Lei nº 13.146/2015 –, que representa uma mudança paradigmática ao adotar a perspectiva social da deficiência e assegurar direitos fundamentais como acessibilidade, educação inclusiva e participação política (Brasil, 2015).

As APAEs surgiram inicialmente com um caráter eminentemente assistencialista e filantrópico, oferecendo atendimento médico, psicológico, social e educacional. A ausência de políticas públicas eficazes levou essas instituições a assumirem a responsabilidade pela educação de pessoas com deficiência intelectual, organizando escolas especializadas que funcionavam paralelamente ao sistema educacional regular (Mantoan, 2003).

O movimento apaeano se consolidou e ganhou força ao longo das décadas de 1960 e 1970, com a criação da Federação Nacional das APAEs (Fenapaes) em 1976, que passou a coordenar e articular as ações em âmbito nacional. As APAEs tornaram-se, assim, um dos principais protagonistas da Educação Especial no Brasil, influenciando políticas públicas e promovendo a ampliação de serviços especializados (Januzzi, 2012), como veremos textualmente a seguir.

IV. A Interface Entre Educação, Envelhecimento E Deficiência No Contexto Das Políticas Educacionais

A interseção entre educação, envelhecimento e deficiência representa um campo complexo e de muitas faces, com implicações significativas para o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas educacionais inclusivas. Historicamente, essas dimensões foram frequentemente tratadas de forma segmentada, com abordagens que negligenciam a natureza interconectada das experiências de indivíduos que envelhecem com deficiência ou que adquirem deficiência na velhice. No entanto, o reconhecimento crescente da longevidade e da diversidade humana tem impulsionado a necessidade de uma perspectiva integrada.

Conforme afirma Delors (1996), a concepção da educação como um processo contínuo ao longo da vida (lifelong learning) é fundamental para abordar as necessidades da população que envelhece. À medida que a expectativa de vida aumenta, torna-se crucial garantir que os idosos tenham acesso a oportunidades educacionais que promovam o bem-estar, a participação social e a atualização de conhecimentos e habilidades. Políticas públicas educacionais devem, portanto, ir além do foco na educação formal tradicional, englobando programas de educação de adultos, universidades da terceira idade, cursos de capacitação e atividades de lazer e cultura que estimulem o aprendizado contínuo.

Delors (1996) informa ainda que, a inclusão de pessoas com deficiência na educação é um imperativo ético e legal, consagrado em diversas legislações nacionais e internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU. No contexto do envelhecimento, essa questão se torna ainda mais relevante, pois a prevalência de deficiências tende a aumentar com a idade. As políticas educacionais devem assegurar que ambientes de aprendizagem sejam acessíveis, que metodologias de ensino sejam adaptadas e que recursos de apoio sejam disponibilizados para garantir a plena participação de idosos com deficiência. Isso inclui a eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e comunicacionais.

A construção de políticas públicas educacionais que atendam efetivamente à interface entre educação, envelhecimento e deficiência é um desafio complexo, mas imperativo para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e equitativa. Exige um olhar transversal, que reconheça as particularidades de cada dimensão e, ao mesmo tempo, a necessidade de abordagens integradas que promovam o direito à educação ao longo de toda a vida, para todos, independentemente da idade ou de suas condições.

V. Contextualização Do Envelhecimento Populacional E O Aumento Da Longevidade Da Pessoas Com Deficiência

O século XXI tem sido marcado por profundas transformações demográficas globais, com o envelhecimento populacional se consolidando como um dos fenômenos mais significativos. No Brasil, essa transição é acelerada, e os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) corroboram essa tendência. A proporção de idosos (60 anos ou mais) na população brasileira quase duplicou entre 2000 e 2023, passando de 8,7% para 15,6% (IBGE, 2024). Projeções indicam que, em 2070, cerca de 37,8% dos habitantes do país serão idosos, com expectativa de vida ao nascer, devendo alcançar 83,9 anos (IBGE, 2024).

Essa mudança etária da pirâmide populacional impõe novos desafios e demandas sociais, econômicas e, notavelmente, na área da saúde e assistência.

Fioravanti (2011), informa que paralelamente a essa macrotendência, observa-se um notável aumento da longevidade de pessoas com deficiência, um fenômeno que reflete avanços significativos na medicina, na tecnologia assistiva, nas políticas de inclusão e, de modo geral, na melhoria das condições de vida e saúde. Há algumas décadas, a expectativa de vida de indivíduos com certas deficiências, como a deficiência intelectual, era consideravelmente menor, muitas vezes não ultrapassando a adolescência ou a juventude. Hoje, é comum que essas pessoas atinjam a velhice, com muitos vivendo mais de 60 anos.

A revista *Apae Ciência* (2015), traz que essa conquista, embora represente um avanço inquestionável em termos de direitos humanos e qualidade de vida, suscita uma série de questões complexas. O envelhecimento de pessoas com deficiência, especialmente a deficiência intelectual, pode apresentar particularidades, como o envelhecimento precoce em alguns casos e o surgimento de comorbidades e desafios de saúde que exigem cuidados especializados e contínuos (Fioravanti, 2011). A combinação da deficiência com o processo natural de envelhecimento pode intensificar as demandas por apoio e serviços, tornando a dependência funcional e a necessidade de cuidadores mais pronunciadas (Mais Diferenças, 2020).

Os dados mais recentes do IBGE (2025) indicam que a população com deficiência no Brasil soma 14,4 milhões de pessoas, e uma parcela significativa (quase metade, 47,2%) dessa população é composta por idosos (Estadão, 2023; Gov.br, 2023). Essa concentração de pessoas idosas com deficiência sinaliza a urgência de políticas públicas que considerem essa intersecção. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) no Brasil são marcos importantes, mas a efetivação dos direitos para aqueles que envelhecem com deficiência ou que a adquirem na velhice exige a criação de serviços integrados e adaptados.

Em suma, o cenário demográfico brasileiro atual, caracterizado pelo rápido envelhecimento populacional e pelo aumento da longevidade de pessoas com deficiência, impõe a necessidade premente de uma reflexão aprofundada e de ações coordenadas. É fundamental que as políticas públicas e os serviços, em especial nas áreas da saúde, assistência social e educação, sejam repensados e readequados para garantir que o envelhecimento com deficiência seja vivido com dignidade, autonomia e plena participação social.

VI. METODOLOGIA

A parte metodológica de uma dissertação perpassa pela mera descrição de procedimentos, configurando-se como a arquitetura intelectual que sustenta toda a investigação, atuando como um mapa que orienta o pesquisador através da jornada de construção da pesquisa. Essa seção delinea de forma explícita e justificada os caminhos teóricos e práticos a serem percorridos, especificando os instrumentos de coleta de dados a serem empregados e os critérios que nortearão a subsequente análise das informações.

No presente estudo, a opção pela **abordagem qualitativa** reside em sua intrínseca natureza exploratória e interpretativa, conforme Denzin & Lincoln (2018), a pesquisa qualitativa, em contraste com a abordagem quantitativa que busca a mensuração e a generalização estatística, volta-se para a compreensão aprofundada de fenômenos sociais, explorando significados, experiências e contextos específicos. Essa escolha metodológica se alinha ao objetivo de investigar a complexidade das relações, processos e significados que permeiam o objeto de estudo desta dissertação, permitindo uma análise rica e contextualizada dos dados emergentes.

Nesse sentido Lakatos & Marconi (2017) trazem que a presente investigação adota uma natureza básica, também denominada pesquisa pura ou fundamental. A pesquisa básica visa à geração de novos conhecimentos e ao desenvolvimento de teorias, sem necessariamente buscar uma aplicação prática imediata. O objetivo primordial é expandir a compreensão teórica sobre o fenômeno investigado, contribuindo para o avanço do conhecimento científico na área.

A abordagem qualitativa foi operacionalizada através da **pesquisa bibliográfica e documental**, configurando-se como as estratégias centrais de coleta e análise de dados. Conforme Fonseca (2002), a **pesquisa bibliográfica** consiste na investigação sistemática de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, teses, dissertações e outras fontes secundárias relevantes para o tema. Essa etapa permitirá a construção de um **sólido referencial teórico**, contextualizando o estudo dentro do corpo de conhecimento existente, identificando lacunas e estabelecendo as bases conceituais para a análise.

Conforme Cellard (2012), complementarmente, a pesquisa documental envolveu a análise de fontes primárias e secundárias que não receberam tratamento analítico prévio ou que podem ser reinterpretadas à luz dos objetivos desta pesquisa. Esses documentos podem incluir relatórios, atas, correspondências, arquivos de organizações, documentos históricos, legislação e outros materiais pertinentes ao tema. A análise documental proporciona dados contextuais e específicos, enriquecendo a compreensão do fenômeno investigado e permitindo a triangulação com as informações obtidas na pesquisa bibliográfica.

Conforme detalhado no quadro apresentado adiante (e nos subtítulos subsequentes), a articulação entre a natureza básica, a abordagem qualitativa e os tipos de pesquisa bibliográfica e documental fornece um arcabouço

metodológico robusto e coerente, capaz de sustentar uma análise aprofundada e contribuir significativamente para o campo de estudos em questão. A explicitação detalhada desses elementos metodológicos visa garantir a transparência do processo de pesquisa e a replicabilidade, dentro das limitações inerentes à abordagem qualitativa, fortalecendo a credibilidade e a relevância desta dissertação.

Quadro 2 – Caracterização Metodológica da Pesquisa

Caracterização da Pesquisa	
Tipo de pesquisa	De natureza básica
Abordagem	Qualitativa
Forma	• Bibliográfica • Documental
Instrumentos de coleta	• Livros, artigos, periódicos, documentos eletrônicos e impressos • Documentos públicos, dados públicos, leis, códigos e portarias.
Análises das Informações	Apresentar a análise bibliográfica e documental conforme estudo de Bardin: 1) Pré-análise, 2) Exploração do material e 3) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Fonte: O pesquisador

VII. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, os dados provenientes do levantamento documental – que abrangeu desde legislações federais e estaduais até documentos internos das APAEs – foram submetidos à análise documental. Segundo Godoy (2005) e Cellard (2018), esta técnica permite uma leitura crítica e sistemática dos textos, buscando identificar temas, categorias e padrões relevantes para a pesquisa. Foram examinadas a coerência interna dos documentos, a linguagem utilizada, as omissões e as ênfases dadas a determinados aspectos do envelhecimento e da deficiência. A análise documental não se limitou à mera descrição do conteúdo, mas buscou contextualizar os documentos em seu tempo e espaço, compreendendo suas intenções e possíveis impactos.

Posteriormente, os dados textuais dos documentos foram tratados por meio da análise de conteúdo, seguindo os preceitos de Laurence Bardin (2016). Este método sistemático envolveu a pré-análise, explorando o material e formulando hipóteses; a exploração do material, com a codificação e categorização dos dados; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Durante a fase de codificação, unidades de registro e de contexto foram identificadas e agrupadas em categorias temáticas, que emergiram tanto da literatura prévia (categorias *a priori*) quanto dos próprios dados coletados (*a posteriori*). Esse processo iterativo permitiu a construção de um sistema de categorias que refletia as principais dimensões das políticas públicas e as experiências do envelhecimento nas APAEs. A interpretação, por sua vez, buscou atribuir significado às categorias e inferir as implicações dos achados para a compreensão do fenômeno e para a formulação de recomendações.

Para assegurar a fidedignidade e a credibilidade dos resultados, Denzin & Lincoln (2006) afirmam que a triangulação de dados foi empregada como estratégia de validação. Essa técnica envolveu a confrontação de diferentes fontes de informação – os documentos analisados, permitindo verificar a consistência dos achados e explorar possíveis divergências. A triangulação não visou apenas confirmar os dados, mas também aprofundar a compreensão do fenômeno sob múltiplas perspectivas, enriquecendo a análise e minimizando os vieses inerentes a uma única fonte ou método. A convergência das informações provenientes dessas distintas abordagens metodológicas fortaleceu as interpretações e conferiu maior rigor científico à pesquisa sobre as políticas públicas de envelhecimento para pessoas com deficiência intelectual nas APAEs do Tocantins.

VIII. O Cenário Das Apaes No Tocantins: O Envelhecer E As Práticas Educacionais

O envelhecimento populacional é uma realidade crescente em todo o Brasil, e o estado do Tocantins não é exceção. Esse fenômeno demográfico traz consigo desafios e demandas específicas, especialmente para pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Nesse contexto, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) desempenham um papel crucial, oferecendo suporte e serviços educacionais e assistenciais que acompanham seus usuários desde a infância até a vida adulta. No entanto, à medida que a expectativa de vida das pessoas com deficiência aumenta, o cenário dessas instituições se transforma. Torna-se imperativo, então, investigar como as APAEs no Tocantins estão se adaptando para atender às necessidades educacionais específicas do envelhecer de seus assistidos.

Conforme Castro (2018), o envelhecer de pessoas com deficiência intelectual, especialmente no contexto das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) no Tocantins, apresenta um cenário complexo que exige atenção e aprofundamento. Tradicionalmente focadas na educação e habilitação de crianças e jovens, as APAEs se veem diante do desafio de atender a uma população que, como o restante da sociedade, está

envelhecendo. Esse fenômeno demográfico impõe a necessidade de repensar as práticas educacionais e assistenciais, adaptando-as às demandas específicas do processo de envelhecimento, que para pessoas com deficiência intelectual pode ser acompanhado de particularidades significativas.

Assis (2023), informa que no Tocantins assim como em todo o Brasil, as APAEs desempenham um papel vital na oferta de suporte e serviços a indivíduos com deficiência intelectual, muitas vezes sendo a principal referência para essas famílias. Contudo, a estrutura e as metodologias de ensino dessas instituições foram historicamente desenhadas para etapas mais iniciais da vida. Com o aumento da longevidade dessa população, as APAEs começam a enfrentar questões relacionadas à manutenção da autonomia, à saúde mental e física, à socialização e à inclusão de seus usuários idosos.

Isso implica uma reavaliação das práticas pedagógicas e assistenciais para além do ensino formal, incorporando atividades que promovam o bem-estar, a participação social e a qualidade de vida na velhice. A transição para um modelo que abranja o ciclo de vida completo requer a formulação de programas de envelhecimento ativo, atividades de lazer adaptadas e suporte contínuo às famílias, que também envelhecem e podem ter suas capacidades de cuidado reduzidas.

Tradicionalmente focadas no desenvolvimento infantil e adolescente, as APAEs agora se veem diante de uma população que envelhece, demandando programas e estratégias que promovam a qualidade de vida, a autonomia e a participação social na terceira idade. Este estudo busca, portanto, analisar as práticas educacionais desenvolvidas pelas APAEs no Tocantins, observando de que forma elas estão sendo readequadas para acolher e desenvolver pessoas com deficiência intelectual e múltipla em processo de envelhecimento, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada desse cenário e para a formulação de políticas públicas mais eficazes.

IX. Panorama Das Apaes No Estado Do Tocantins

O movimento Apaeno, é constituído por um grupo de pessoas que se associam formando Associação de Pais e amigos dos Excepcionais - (Apaes), numa rede que busca melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento em atenção a saúde e educação, nesse engajamento é perceptível a luta pela inclusão da pessoa com deficiência apoio para enfrentamento de seus desafios.

Reconhecida nacional e internacionalmente a Federação Nacional das Apaes, ou Apae Brasil, é a maior rede de defesa e garantia de direitos das pessoas com deficiência intelectual e deficiência múltipla da América Latina. Totalmente sem fins lucrativos, os investimentos são todos voltados ao atendimento dos apaenos, e seu bem estar, contam com apoios de diversas instituições e sociedade civil, tanto nas doações quanto no voluntariado.

O surgimento da Apae ocorreu no ano de 1954, na cidade do Rio de Janeiro. Caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência, prioritariamente aquela com deficiência intelectual e múltipla, segue a partir sua consolidação, afirma Assis que:

A emergência da primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, em 1954, abrangendo, ainda, as realizações dos apaenanos no início da década de 1960. Essa instituição, de natureza privada e sem fins lucrativos, deu impulso à organização de uma rede filantrópica no país, voltada para o atendimento de sujeitos nessa condição, desencadeando, já começo dos anos de 1960, a organização da Federação Nacional das Apaes. Bezerra (2020, p.98)

Desde sua fundação, a rede APAE mantém-se sólida e em constante expansão. Os desafios enfrentados ao longo do tempo apenas reforçaram o compromisso de seus integrantes com a causa, sempre em busca de apoiadores e novas estratégias para oferecer um atendimento de qualidade às pessoas com deficiência. Esse crescimento progressivo se estendeu por todos os estados da Federação, alcançando também o Tocantins.

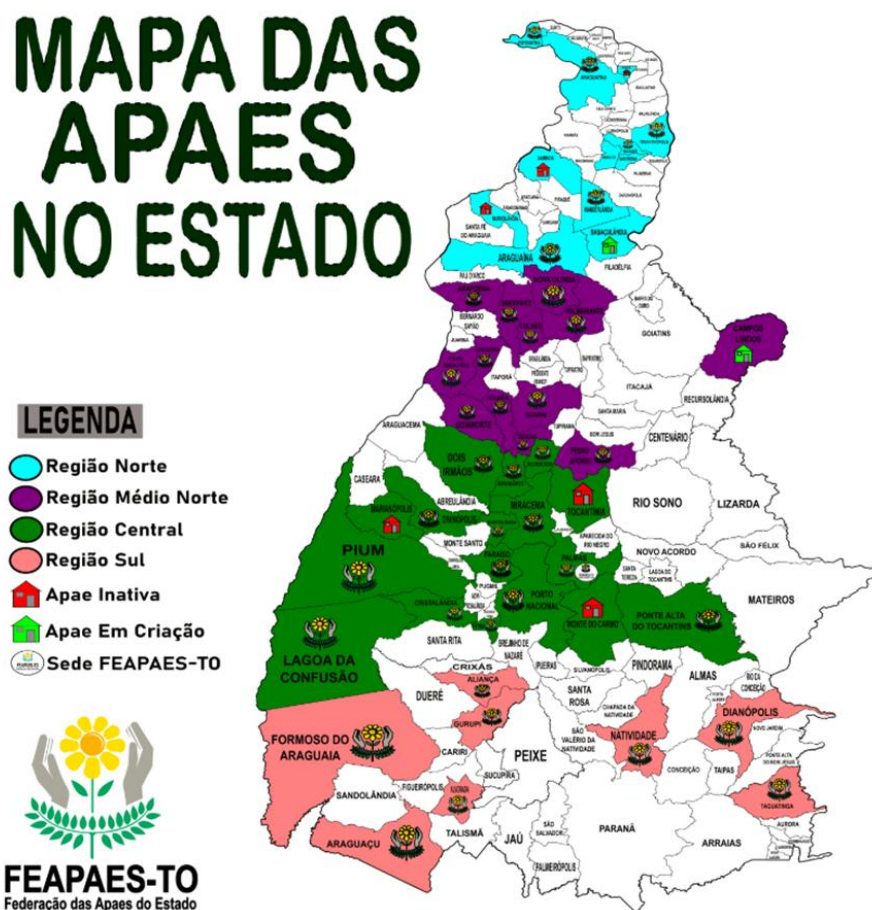
O panorama das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) no Estado do Tocantins é um componente crucial para a compreensão das políticas públicas voltadas ao envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual. Historicamente, as APAEs têm se dedicado à educação e habilitação de crianças e jovens, configurando-se como pilares de apoio para inúmeras famílias. Contudo, o aumento da expectativa de vida das pessoas com deficiência intelectual, reflexo dos avanços na saúde e na inclusão social, impôs um novo desafio a essas instituições: o envelhecimento de sua população apaeana.

No Tocantins, o movimento apaeano se iniciou em 1986, em Araguaína, a segunda unidade foi criada em Gurupi, em 22 de fevereiro de 1989 e atualmente a Federação das APAEs do Tocantins (FEAPAES-TO) registra a existência de 31 APAEs no estado (FEAPAES-TO, 2022 apud Assis, 2023). Embora dados precisos sobre o número de alunos idosos especificamente atendidos pelas APAEs no Tocantins sejam de difícil acesso direto em bases públicas gerais, a APAE de Araguaína, por exemplo, relatou mais de 350 estudantes em 2024, indicando o volume de atendimento que essas instituições prestam (Prefeitura de Araguaína, 2024).

Essa realidade numérica, mesmo que parcial, corrobora a relevância da pesquisa sobre políticas públicas para esse público, pois revela um contingente significativo de indivíduos que, outrora crianças e jovens, agora ingressam na fase do envelhecimento, demandando um atendimento que transcenda a perspectiva educacional inicial.

O Tocantins tem 139 municípios em sua Unidade Federativa, destes 45 possuem APAE, o que “abarca” pouco mais de 30% de todo o Estado. Destas instituições 31 tem convênio de atendimento com a Secretaria Estadual da Educação (SEDUC) e as demais 14 não recebem apoio institucional deste ente governamental. O mapa abaixo demonstra a cobertura de atendimento a este público. A figura 6, representa as unidade Estadual das Apaes no Estado do Tocantins

Figura 6: Mapa Estadual das Apaes no Estado do Tocantins



Fonte: <https://apaeto.org.br/menu/mapadasapaestoo>

O panorama da cobertura de atendimento das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) no estado do Tocantins revela um cenário complexo e dinâmico, marcado por avanços significativos, mas também por desafios persistentes na garantia de acesso universal e equitativo aos serviços especializados. As APAEs, reconhecidas por sua atuação fundamental na promoção da inclusão e desenvolvimento de pessoas com deficiência intelectual e múltipla, têm expandido sua capilaridade no território tocantinense, buscando atender à demanda crescente por suporte educacional, terapêutico e social.

Ainda que a presença das APAEs se manifeste em diversas regiões do Tocantins, a distribuição geográfica e a abrangência dos serviços oferecidos variam consideravelmente. Em centros urbanos maiores, a infraestrutura e a diversidade de programas tendem a ser mais robustas, com equipes multidisciplinares e um leque mais amplo de terapias e atividades. Contudo, em municípios menores e áreas rurais, a cobertura pode ser mais limitada, enfrentando obstáculos como a escassez de profissionais especializados, a dificuldade de acesso a equipamentos adequados e a necessidade de deslocamento por parte das famílias, o que pode impactar diretamente a continuidade e a efetividade do atendimento.

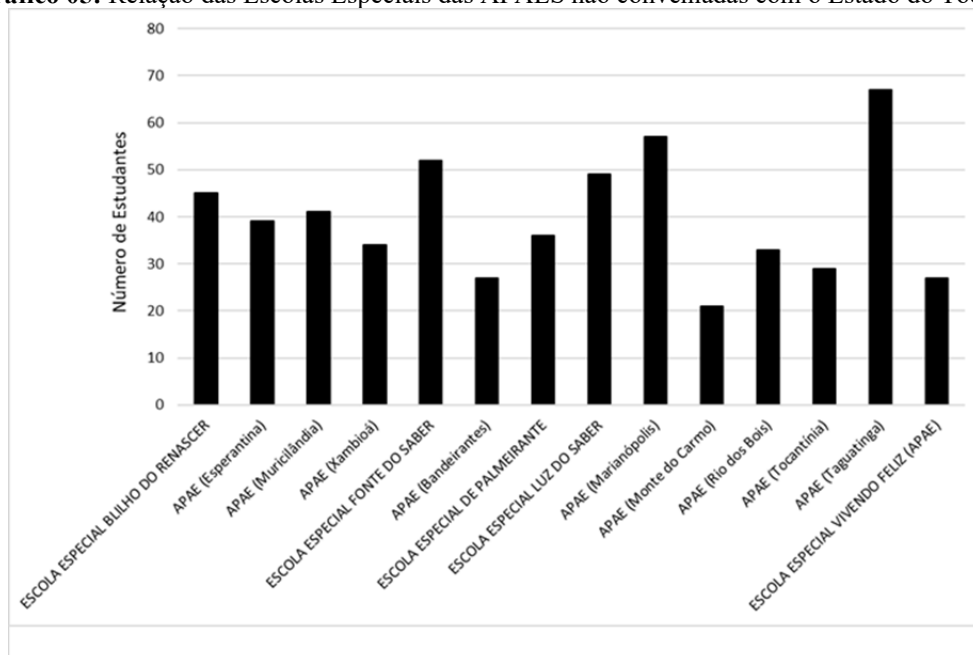
A capacidade de atendimento das APAEs no Tocantins é diretamente influenciada por fatores como o financiamento e as parcerias institucionais. A sustentabilidade dessas organizações depende em grande parte de recursos públicos e privados, bem como da articulação com as esferas governamentais para a implementação de políticas públicas que fortaleçam a rede de apoio à pessoa com deficiência. A qualificação dos profissionais, a atualização constante das metodologias pedagógicas e terapêuticas, e a adequação das instalações são elementos cruciais para aprimorar a qualidade dos serviços prestados e, consequentemente, a efetividade da cobertura.

Embora o esforço das APAEs em Tocantins para ampliar sua atuação seja notável, a realidade demonstra a necessidade contínua de estratégias que promovam uma cobertura mais homogênea e abrangente. Isso envolve não apenas a abertura de novas unidades ou a expansão das existentes, mas também a adoção de abordagens inovadoras que considerem as particularidades regionais e as necessidades específicas das pessoas com deficiência e suas famílias. A colaboração intersetorial, o fortalecimento da rede de apoio e a sensibilização da sociedade civil são pilares essenciais para que o estado do Tocantins possa, de fato, assegurar uma cobertura de atendimento plena e de qualidade para todos os indivíduos com deficiência que dela necessitam.

Castro (2018), apresenta que a transição etária dos usuários das APAEs para a velhice exige que as políticas públicas e as práticas institucionais se adaptem para oferecer suporte contínuo e adequado. Isso inclui a garantia de direitos previstos em legislações como o Estatuto da Pessoa Idosa (Brasil, 2003) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), que preconizam a inclusão social, a saúde integral e a qualidade de vida em todas as fases da vida. O cenário tocantinense reflete um desafio nacional: a necessidade de desenvolver e implementar programas de envelhecimento ativo, lazer adaptado, cuidados em saúde e suporte familiar que respondam às necessidades específicas dessa população. Assim, a pesquisa de políticas públicas para esse público apaeano torna-se imperativa, não apenas para mapear as ações existentes, mas para identificar lacunas, propor melhorias e subsidiar a formulação de estratégias que garantam um envelhecimento digno e participativo para as pessoas com deficiência intelectual nas APAEs do Tocantins.

As escolas estaduais conveniadas com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) oferecem a Educação Básica no ensino regular, contemplando as etapas do Ensino Fundamental e Médio. Essa oferta ocorre, na maioria das vezes, por meio de convênios firmados com as redes estaduais e municipais de ensino. As unidades escolares, em geral, são devidamente regulamentadas de acordo com as diretrizes do Conselho Estadual de Educação, responsável pela emissão das certificações necessárias. Destaca-se, nesse contexto, o convênio com a rede estadual, que abrange um total de 31 unidades escolares.

Gráfico 05: Relação das Escolas Especiais das APAES não conveniadas com o Estado do Tocantins.



Fonte: O autor

Os estudantes atendidos pelas APAEs apresentam, em sua maioria, condições que comprometem e limitam seu desenvolvimento global. É justamente nesse aspecto que a atuação dessas instituições se mostra essencial, ao oferecer suporte educacional aliado a terapias multidisciplinares que contribuem para o desenvolvimento contínuo desses alunos. Um dado relevante é a presença de turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que demonstra que esses indivíduos, apesar de historicamente contarem com alguma forma de atendimento, permanecem no sistema sem conseguir concluir seus estudos. Isso evidencia a urgência de uma política pública permanente de assistência, capaz de considerar as especificidades e a continuidade das necessidades desse público.

São tantos desafios, nas quais faltam profissionais especializados (como intérpretes de Libras, instrutores de Braille, psicopedagogos), principalmente em municípios menores. Apesar de existir legislação sobre a tecnologias assistivas, não atendem de maneira plena, é sempre minimamente.

Sobre a infraestrutura física, são poucas salas de recursos que possuem todos os aparelhos necessários e quanto a adaptação com rampas, barras, banheiros acessíveis cadeiras, na maioria das salas tudo é feito com baixo custo.

Outro fator que leva à segregação, muitas famílias precisam recorrer à Justiça para garantir vaga, atendimento adequado ou presença de profissionais de apoio, por não estarem disponíveis em sua forma plena. Isso evidencia a negligência do poder público e a não efetivação dos direitos já garantidos em lei.

Falta de articulação intersetorial, ausência de integração entre educação, saúde, assistência social e famílias prejudica a abordagem integral das necessidades do estudante. Crianças e adolescentes que dependem de terapias, diagnósticos ou assistência social frequentemente têm o acompanhamento escolar prejudicado.

Descontinuidade no acompanhamento da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com deficiência participam de turmas da EJA, mas não conseguem progredir ou concluir os estudos por falta de adaptações e metodologias específicas. Isso perpetua o ciclo de exclusão e invisibilidade, mesmo com presença escolar. A partir da conclusão aqueles que não conseguem ir além de curso técnico ou superior, ficam com sentimento de inconclusão, quais seriam as assistências educacionais para que sintam a continuidade na sua evolução.

X. A Percepção Dos Sujeitos Da Pesquisa Sobre As Políticas Públicas

Vale destacar que a velhice não deve ser considerada como doença, mas como um fenômeno biológico, sendo que com políticas públicas pode aumentar a expectativa de vida. Martins et al (2007), frisa que a partir da articulação do Artigo 18 do Estatuto do Idoso e com avanço das novas políticas públicas dirigidas à pessoa que envelhece em nosso país, sendo que a capacitação dos profissionais da saúde para o cuidado contribuiu para melhorar as questões da qualidade da saúde desse grupo da sociedade, destacando que o país tem Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), Pacto pela Saúde e suas Diretrizes Operacionais para consolidação do SUS, entre outros, com intuito de melhorar essa demanda da sociedade brasileira.

Andrade *et al* (2013), em estudo ligado às Políticas públicas para pessoas idosas no Brasil, apontam que o acelerado processo de envelhecimento brasileiro vem acontecendo em meio a sérias dificuldades de expansão do sistema de proteção social para todos os grupos etários, em particular para os idosos, situação que também difere do ocorrido nos países desenvolvidos.

Os dados do IBGE de 2022, evidenciam que a população de idosos (60 anos ou mais) no Brasil tem crescido significativamente, apontando para 32,1 milhões de pessoas nesta faixa etária, representando 15,8% da população total, sendo que no período de 2000 a 2023, a proporção de idosos no país quase duplicou, passando de 8,7% para 15,6%, sendo que o total de pessoas com 65 anos ou mais no país é de 22,1 milhões, tendo um percentual de 10,9% da população brasileira. Os dados do IBGE (Censo 2022), a população idosa no Tocantins é de aproximadamente 184.099 mil, representando em torno de 12,2% da população geral do estado, destacando que 101,5 mil têm entre 60 e 69 anos; 55,6 mil têm idade entre 70 a 79 anos; 22,2 mil estão na casa dos 80 anos; e 4,2 mil de 90 a 99 anos.

Esses dados indicam que o país necessitava da promulgação da Lei 10.741 que apresenta o Estatuto do Idoso como um marco na história das políticas públicas, com o propósito de minimizar as questões sociais, econômicas, culturais e demográficas com a efetivação dos seus direitos baseado na lei. Vale considerar que a portaria 2.528/0613 (Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa), tem como finalidade de promover a autonomia e a independência dos indivíduos idosos, buscando medidas coletivas e individuais de saúde, baseado em princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde para todo cidadão e cidadã brasileiros com 60 anos ou mais de idade.

Levando em consideração a proporção que no Brasil, os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua 2022, divulgada pelo IBGE, indicam que cerca 8% da população têm algum tipo de deficiência. Com essa proporcionalidade, pode-se afirmar que no Tocantins, cerca de 14.500 acima de 60 anos têm alguma deficiência, e que segundo a Federação Nacional das APAEs (FENAPAES) 3,2% dessa população é atendida pelas APAEs, temos então um número médio de 480 informa pessoas atendidas pelo Movimento APAEANO.

É importante destacar que o acesso e a permanência na APAE dá a esse cidadão que está envelhecendo a possibilidade de realizar ações, que só consegue se estiver integrado nesse espaço que lhe dá oportunidade de exercer ações diversas, como atividades manuais e integradoras.

Tavares et al (2017), revelam que Organização Mundial da Saúde (OMS) diz que o trabalho manual pode influenciar positivamente a saúde do idoso, contribuindo para aumento da força física, redução da hipertensão, redução dos sintomas depressivos, favorece a autopercepção de saúde, entre outros, sendo que o envelhecimento saudável como a adoção de hábitos e comportamentos de mudança do estilo de vida contribuem diretamente para melhorar a qualidade da saúde. Partindo desse ponto de vista, podemos dizer que o trabalho manual desenvolvido nas atividades ao longo da vida é uma das formas de políticas públicas, que normalmente

possuem profissionais capacitados que estimulam outros públicos para que tenham ações sociais de orientações voltadas para envelhecimento de modo saudável.

Fraga et al (2025), em estudo sobre as características epidemiológicas de idosos em um hospital Geral do Tocantins, mostram que as internações por causas externas no por faixa etária de (2013-2023), a quantidade total de internação foi de 37.268 mil pacientes sendo que na faixa de 60 a 69 anos foi de 2.854, representando 7,66%, na 70 a 79 anos foi de 1.954, com percentual de 5,24% e na faixa de 80 anos e mais foi de 1.367, obtendo 3,67%, somando a quantidade de paciente essas três faixas representam 6.175, respondendo por 16,67%.

Dessa forma, é notório frisar que as políticas públicas para idosos, seja de iniciativa públicas, privadas, organizações não governamentais é extremamente importante para a garantir os direitos, integração, autonomia e participação ativa na sociedade desta população. Vale destacar que as obtenções de dados quantitativos e qualitativos contribuem para buscar alternativas de políticas públicas para os gestores, educadores, familiares, e as próprias pessoas que envelhecem.

Conhecimento e acesso às políticas públicas

As políticas públicas voltadas para idosos são extremamente importante para que o país busca medidas que possibilitam garantir os direitos e promover um envelhecimento saudável e ativo, sendo que o Estatuto do Idoso tem a garantia de acesso universal e igualitário à saúde, discriminação e violência, e além de promover o envelhecimento saudável para o idoso.

Camacho & Coelho (2010), retratam as questões econômicas e sociais sofridas pelo idoso estão ligados às questões básicas como solidariedade e dificuldade de inserção social; onde a família é responsável por cuidar da pessoa idosa, por outro lado, o abrigo asilar só deve ocorrer no caso de completa ausência de parentes ou como medida preventiva para garantir a sobrevivência da pessoa idosa.

Cruz et al (2020), em estudo sobre dificuldades do acesso aos serviços de saúde entre idosos não institucionalizados entre novembro de 2016 a fevereiro de 2017, mostram que dos 384 idosos que participaram desta avaliação, mostrou que 263 (66,8%) eram do sexo feminino, 263 (66,8%), sendo que maior na faixa etária com maior contingente foi entre 60 e 79 anos 302 (76,6%), com média de idade de 73,9, verificando que 348 (88,3%) idosos não possuíam cuidador, e que 81 (71,3%) eram hipertensos; 189 (48,0%) referiam doenças osteoarticulares, onde que os serviços de saúde mais procurados foram as Estratégias Saúde da Família 259 (65,7%), seguido do Pronto Atendimento Público 188 (47,7%), sendo que o registro de internações foi feito por 122 (17,8%) idosos. Dessa forma, é necessário que o poder público reduza as dificuldades do acesso aos serviços de saúde entre idosos, adotando melhor visibilidade e qualidade no atendimento.

Serra & Furtado (2016), os idosos na EJA, mostram que é uma política de educação inclusiva, devido ao crescimento demográfico, aumento da expectativa de vida no Brasil e, sobretudo, pela necessidade de propostas educacionais voltadas para a educação ao longo da vida, mediadas pela garantia dos direitos à educação, é importante a visibilidade do sujeito idoso na EJA, porém embora contemplado nessa modalidade de ensino, na prática observamos a ausência de uma política de educação, onde ofereça aos idosos o reconhecimento das suas necessidades e peculiaridades no processo educativo dos espaços escolares e não escolares. Nesse sentido, observamos que é necessário buscar mudança nas políticas públicas daquelas que já existem também, com intuito de garantir valorização, com elaboração de propostas que tenham melhor acesso a conhecimento sobre as políticas públicas.

Lima et al (2020), em estudo ligado ao conhecimento e atitude sobre a diabetes tipo 2 em idosos, que no Brasil estima-se que tem 6,2% da população com 18 anos ou mais de idade referiram diagnóstico médico de diabetes, tendo maior prevalência na faixa etária de 65 a 74 anos e para aqueles que tinham 75 ou mais anos de idade chegou a 19,6%, observou-se que quando maior conhecimento em relação ao tratamento da diabetes de idosos, que o bom conhecimento e a atitude positiva estão associados à idade igual é maior que 70 anos e ser ativo fisicamente. Vale ressaltar, que os resultados positivos podem estar relacionado com atitude política do setor de saúde pública, partindo de profissionais envolvidos que conscientizaram e passaram informações necessárias ao autocuidado, tratamento e prevenção do diabetes, observando que conhecimento sobre os tratamentos dessa doença a partir da implementação de políticas públicas contribuem para minimizar os problemas ligados aos assuntos de saúde em idosos.

Avaliação da adequação e suficiência das políticas

A verdadeira inovação nas políticas públicas educacionais reside na capacidade de integrar as perspectivas do envelhecimento e da deficiência. Isso significa reconhecer que idosos com deficiência não são um grupo homogêneo e que suas necessidades educacionais podem variar amplamente. É preciso desenvolver estratégias que considerem as especificidades de diferentes tipos de deficiência (física, sensorial, intelectual, psicossocial) em conjunto com os desafios e oportunidades do processo de envelhecimento.

Políticas eficazes devem promover a acessibilidade universal de forma a garantir que todos os ambientes educacionais, materiais didáticos e tecnologias sejam acessíveis para pessoas de todas as idades e habilidades.

Além da necessidade de capacitar professores e demais profissionais da educação para lidar com a diversidade de alunos, incluindo idosos e pessoas com deficiência, desenvolvendo competências em pedagogia inclusiva e gerontologia educacional.

Ainda neste escopo, faz-se necessário criar currículos que possam ser ajustados às necessidades individuais, promovendo a autonomia e o desenvolvimento de habilidades relevantes para a vida adulta e o envelhecimento e o fomento de parcerias entre os setores da educação, saúde, assistência social e previdência para oferecer um suporte integral aos idosos com deficiência e suas famílias. Outro ponto importante é o desenvolvimento de ações que desafiem estereótipos e preconceitos relacionados à idade e à deficiência, promovendo uma cultura de respeito e valorização da diversidade.

Pereira et al (2017), consideraram que o processo de envelhecimento fragiliza o indivíduo e compromete sua independência e autonomia, sendo que deve ter maior atenção à saúde do idoso, garantindo autonomia conforme assegurado no Estatuto do Idoso e nas políticas que orientam o Sistema Único de Saúde, onde avaliação da adequação e suficiência das políticas deve estar contextualizada, e que deve considerar as peculiaridades locais, buscando medidas de percepção, nas ações de gestão de mecanismos para superar as adversidades administrativas.

Pedraza et al (2018), retratam que a saúde do idoso é considerada área estratégica da atenção básica que tem na Estratégia de Saúde da Família (ESF), tendo perante a lei nível assistencial preferencial de acesso ao cuidado do idoso pelo SUS, porém na realidade estudos mostram que faltam profissionais capacitados de prestação de assistência aos idosos, ou seja tem muitos profissionais atuantes na ESF não têm capacitação específica nesta faixa etária, sendo que a partir da opinião de usuários idosos sobre a oferta, acessibilidade e utilização, mostram-se relevantes ao identificar a necessidade de adequar os serviços às necessidades específicas dos idosos. Dessa forma, podemos considerar que existem limitações de profissionais capacitados e possuem limitações na acessibilidade organizacional.

Branco et al (2024), frisam que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tem normativas que define atendimento destinados a moradia, saúde, alimentação e convivência social de pessoas idosas que não possuem vínculo familiar adequado ou condições de prover a própria subsistência, sendo que conforme a Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 502/2021, tem o desafio de garantir padrões de qualidade na prestação desses cuidados. Nesse contexto, devem ser discutidas avaliação da adequação e suficiência das políticas para suprir diversidades quanto aos acessos, necessidades e realidades de pessoas idosas, fazendo parceria público-privadas para maximizar os recursos, aumentar a capacidade técnica assistencial.

XI. A Implementação Das Políticas Educacionais Nas Apaes Do Tocantins: Entre O Previsto E O Realizado

A efetividade dessas práticas educacionais e de apoio no cenário das APAEs tocantinenses depende não apenas da boa vontade e do esforço das instituições, mas também de um sólido arcabouço de políticas públicas e de investimentos que reconheçam as especificidades desse envelhecimento. A articulação entre educação, saúde e assistência social é fundamental para garantir que os direitos desses idosos sejam plenamente assegurados, promovendo um envelhecimento digno e com participação ativa na comunidade (Brasil, 2015). O desafio reside em adaptar as práticas existentes e criar novas abordagens que considerem a heterogeneidade do envelhecimento em pessoas com deficiência intelectual, assegurando que o foco no desenvolvimento e na inclusão permaneça uma prioridade em todas as fases da vida.

Vale analisar que Implementação das Políticas Educacionais nas APAEs do Tocantins estão ligados diretamente aos movimentos de articulações das propostas nacionais para a educação especial, é necessário a mobilização e os embates para direcionamento das ações da política de Educação Especial que é esperado pela sociedade, sendo que extremamente importante garantia de atenção a especificidade da população da Educação Especial, ocorrendo também direitos sociais de todo o cidadão na área da Educação Especial. Todavia, é importante dizer que cada municípios que tenham APAEs no Tocantins devam buscar alternativas contextualizadas para ter novas matrículas de estudantes superar as barreiras para a permanência na escola dos estudantes que já estão nas unidades, sendo que a gestão não devam pensar somente na inclusão, mas também a inserção dentro da sociedade, obtendo os direitos com base nas leis.

O Estado do Tocantins tem buscado Implementação das Políticas Educacionais nas APAEs do Tocantins, aumentado significativamente as quantidades de unidades, contribuindo para a política de inclusão, os movimentos partido pelos familiares, poder públicos e iniciativas privadas, entre outros, tem sido importante para articular ações para visa o direito para combater as falhas que tiveram aos longo dos anos através de formulações de políticas sociais. Nesse contexto, as APAEs do Tocantins deve buscar ações que aumenta os repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, buscando ampliar os repasses na Educação Especial que é oferecidas através das parcerias do poder federal, estadual, municipal e de instituições comunitárias, filantrópicas, confessionais, sem fins lucrativos.

Vale considerar que em sua maioria as APAEs do Tocantins possuem salas de recursos multifuncionais com intuito de melhorar o atendimento educacional especializado, para os estudantes que possuem deficiência, baixas habilidades, entre outros transtornos. Todavia é necessário que tenham melhor estrutura física e docentes, e que estimula a criação de mais APAEs em outros municípios com profissionais das áreas de saúde, médicos, psicologia, assistência social, pedagogia e psicologia para os desempenho dos estudantes, principalmente com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. É preciso destacar que as estruturas dos espaços físicos, materiais e transportes tem contribuindo para garantir o acesso e a permanência dos(as) estudantes(as) com deficiência, sendo ofertado transporte acessível e da disponibilização de material didático adaptados, porém ainda sim os recursos financeiros que existem não é suficientes para suprir a demanda.

É fato que o Braille e educação bilíngue LIBRAS/Língua Portuguesa, tem sido colocado em prática em algumas unidades, porém a uma grande demanda de profissionais na segunda língua, por esse motivo as unidades precisam aprimorar essa demanda para que os estudantes(as) surdos e com deficiência auditiva tenham melhor desempenho educacional. Vale destacar que os benefícios de programas de renda contribuem diretamente para a permanência dos estudantes. O monitoramento dos estudantes com atendimento educacional especializado, contribuem para a permanência e desenvolvimento escolar dos estudantes, principalmente as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, entre outros. a implementação das políticas educacionais nas APAEs do Tocantins favorecem o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, estabelece condições adequadas para que o estudante tenham melhor capacidade de desenvolvimento da crianças e adolescentes, especialmente em áreas como comunicação, interação social e comportamento.

É necessário discutir recursos que possibilitam melhorias nas aprendizagens e dos processos de ensino educacional de estudantes com deficiência. Nesse sentido, há poucos estudos no Estado do Tocantins em relação ao desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia, e condições de acessibilidade dos(as) estudantes com transtornos globais do desenvolvimento, ou outros tipos de deficiência nas unidades da APAEs. Dessa forma, investimento em pesquisas interdisciplinares é ação de políticas públicas que vão atender as especificidades educacionais de estudantes com deficiência.

Parcerias para ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral é de fundamental importância com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, e com empresas privadas, fortalece a participação da sociedade e familiar na construção do sistema educacional inclusivo. Portanto, a implementação de políticas educacionais nas APAEs envolve de diversas entidades que já foram mencionadas acima, que tem como objetivo garantir o acesso à educação de qualidade para pessoas com deficiência, sendo que a educação inclusiva é um direito baseado na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) e outras legislações que garantem o acesso à educação para todos, independentemente de suas condições.

Barreiras e facilitadores na aplicação das políticas

A educação inclusiva no Brasil, alicerçada por marcos legais significativos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e, mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), tem como premissa a garantia do acesso, permanência e aprendizagem de todos os estudantes, preferencialmente na rede regular de ensino. No Tocantins, essa diretriz se reflete em resoluções e normativas estaduais, como a Resolução CEE/TO nº 019/2024, que complementam a LDBN, estabelecendo normas para o atendimento educacional especializado (AEE) e a inclusão. No entanto, a materialização dessas políticas nas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) do Tocantins, instituições historicamente dedicadas à pessoa com deficiência intelectual e múltipla, revela um complexo cenário de avanços e desafios, onde o "previsto" na legislação e o "realizado" na prática frequentemente se distanciam.

As APAEs, embora não sejam o locus principal da inclusão escolar na perspectiva da educação comum, desempenham um papel crucial no atendimento especializado, muitas vezes complementando o ensino regular ou oferecendo suporte educacional a estudantes que, por diversas razões, ainda não estão plenamente inseridos nas escolas comuns, além da educação ao longo da vida, que deve garantir a esse cidadão que tenha acesso a este espaço de integração e de vivências.

A Federação Nacional das APAEs (FENAPAES) preconiza em seu Documento Norteador de Educação e Ação Pedagógica (2017) princípios de defesa de direitos, trabalho em comunidade, promoção da saúde e envelhecimento saudável, apoio à família, apoio à inclusão escolar e inclusão no trabalho, alinhando-se, teoricamente, às políticas nacionais de educação inclusiva. No Tocantins, a Secretaria da Educação (Seduc) reconhece e busca fortalecer o atendimento à Pessoa com Deficiência (PcD), inclusive por meio da atuação conjunta com as APAEs, como evidenciado pela aprovação de leis estaduais que beneficia autistas e deficientes físicos, e pelo atendimento a milhares de alunos em sua rede, incluindo as APAEs (Governo do Tocantins, 2023)

Sinallink (2022), apresenta que contudo, a efetivação dessas políticas enfrenta barreiras multifacetadas. Uma das principais é a barreira atitudinal, manifestada pelo preconceito e estigma ainda presentes na sociedade e, por vezes, nas próprias instituições educacionais. A visão da deficiência como uma tragédia pessoal ou como algo a ser curado, em vez de uma condição a ser acolhida e apoiada, limita as possibilidades de um desenvolvimento educacional pleno.

Bezerra & Antero, 2020 apresenta que essa barreira atitudinal se traduz na falta de formação continuada e adequada dos profissionais da educação para lidar com a diversidade e as especificidades das deficiências. Embora a legislação preveja professores com formação na área, a realidade mostra que muitos educadores nas APAEs e na rede regular carecem de subsídios teóricos e práticos para promover um atendimento educacional especializado eficaz e inovador.

Além disso, a escassez de recursos pedagógicos adaptados e a infraestrutura inadequada em algumas unidades das APAEs no Tocantins representam entraves significativos. Hand Talk (2022) contextualiza que embora a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e outras normativas exijam acessibilidade arquitetônica e de comunicação, a realidade de muitas instituições filantrópicas, que dependem de financiamento público e doações, nem sempre permite a implementação de todas as adaptações necessárias. A falta de materiais didáticos acessíveis, tecnologia assistiva e profissionais de apoio, como intérpretes de Libras ou guias-intérpretes, pode comprometer o processo de ensino-aprendizagem, mesmo diante da intenção de inclusão.

Por outro lado, existem importantes facilitadores que impulsionam a aplicação das políticas educacionais nas APAEs do Tocantins. A Defensoria Pública do Tocantins (2024) expõe que legislação robusta em níveis federal e estadual, como a Lei Brasileira de Inclusão e as resoluções do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, fornece o arcabouço legal para exigir e promover a educação inclusiva. A rede de colaboração entre as APAEs, o poder público e a comunidade é outro facilitador primordial. A parceria com as Secretarias de Educação e Saúde, bem como o apoio de famílias e voluntários, fortalece a capacidade de atendimento e a busca por recursos.

A dedicação e o comprometimento dos profissionais que atuam nas APAEs, muitos dos quais trabalham com vocação e paixão, são fatores determinantes para a superação das adversidades. A busca constante por capacitação e a troca de experiências entre as unidades, muitas vezes facilitadas pela FENAPAES, contribuem para a melhoria das práticas pedagógicas. A própria demanda das famílias por um atendimento especializado de qualidade também impulsiona as APAEs a se adequarem às políticas e aprimorem seus serviços, exercendo um papel de advogada pelos direitos das pessoas com deficiência.

Entende-se com isso que, a implementação das políticas educacionais nas APAEs do Tocantins é um processo dinâmico, marcado pela tensão entre o ideal normativo e a realidade operacional. As barreiras, principalmente de ordem atitudinal, de formação profissional e de infraestrutura, desafiam a plena efetivação da inclusão. Contudo, a solidez da legislação, a colaboração interinstitucional e, sobretudo, a paixão e o engajamento dos envolvidos, configuram facilitadores poderosos que, gradualmente, aproximam o "previsto" do "realizado", construindo um caminho mais inclusivo para as pessoas com deficiência no estado.

XII. Lacunas E Desafios Para A Efetivação Do Direito À Educação Contínua Para Pessoas Que Envelhecem Nas Apaes No Contexto Tocantinense

O avanço da medicina e das condições de vida tem levado a um aumento significativo da expectativa de vida das pessoas com deficiência intelectual, um fenômeno relativamente recente que, embora represente uma conquista social e humanitária, impõe novos desafios às políticas educacionais, especialmente no contexto das APAEs do Tocantins.

Tradicionalmente, o foco da educação para pessoas com deficiência era centrado na infância e adolescência, preparando-as para uma vida adulta que, muitas vezes, era mais curta do que a de seus pares sem deficiência. Contudo, o envelhecimento dessa população trouxe à tona a necessidade premente de garantir o direito à educação contínua, que transcende as fronteiras da escolarização formal e se estende por toda a vida.

A implementação de políticas educacionais que contemplem o envelhecimento da pessoa com deficiência nas APAEs ainda se depara com lacunas e desafios consideráveis. Uma das principais lacunas reside na insuficiência de marcos regulatórios e programas específicos que abordem as necessidades educacionais de idosos com deficiência intelectual. Embora a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) assegure o direito à educação ao longo da vida e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) priorize políticas públicas para esse grupo, a transposição dessas garantias para a prática educacional das APAEs, especialmente para a educação continuada, ainda é incipiente. Muitas vezes, o foco permanece na habilitação e reabilitação, negligenciando a dimensão do aprendizado contínuo para o desenvolvimento pessoal, social e cognitivo na terceira idade.

A Revista APAE Ciência aponta que outro desafio crucial é a escassez de profissionais qualificados para atuar com essa faixa etária específica. O envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual pode vir acompanhado de comorbidades e de um envelhecimento precoce, especialmente em síndromes como a de Down, exigindo conhecimentos específicos sobre gerontologia e deficiência.

A formação de educadores e terapeutas nas APAEs, em geral, não aborda de forma aprofundada as particularidades do envelhecimento, o que resulta em um déficit na oferta de atividades e metodologias pedagógicas adequadas às suas necessidades e potencialidades. A falta de pesquisas e estudos na região sobre o envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual também contribui para essa lacuna na formação e na elaboração de programas.

Além disso, a estrutura física e pedagógica das APAEs no Tocantins, muitas vezes projetada para crianças e adolescentes, pode não ser totalmente adaptada às necessidades de idosos com deficiência. Questões de acessibilidade, conforto e a oferta de atividades que estimulem a cognição, a interação social e a autonomia nessa fase da vida são frequentemente negligenciadas.

A transição da vida escolar para a vida adulta, e depois para o envelhecimento, não é acompanhada por um fluxo contínuo de suporte educacional e social, criando descontinuidades no atendimento e limitando o direito à educação ao longo da vida. A escassez de recursos financeiros, como mencionado em outros contextos, agrava essa situação, dificultando investimentos em infraestrutura e em programas inovadores para o envelhecimento.

O MEC (2024), traz a percepção social e familiar sobre o envelhecimento da pessoa com deficiência também constitui uma barreira. Por vezes, a família, exausta por anos de cuidado, pode não vislumbrar a continuidade da educação como uma prioridade, focando mais nos cuidados de saúde e assistência. A sociedade, em geral, tende a invisibilizar o idoso com deficiência, relegando-o a um papel passivo e desprovido de capacidade de aprendizado. Essa visão restritiva contraria o princípio da educação ao longo da vida, que preconiza que o aprendizado é um processo contínuo e que todas as pessoas, independentemente da idade ou condição, têm direito a novas experiências e conhecimentos.

Em suma, a garantia do direito à educação contínua para pessoas que envelhecem nas APAEs do Tocantins demanda um esforço coordenado e uma reorientação das políticas e práticas. É imperativo desenvolver programas educacionais específicos para essa faixa etária, investir na formação de profissionais especializados em gerontologia e deficiência intelectual, adaptar as infra estruturas e promover uma mudança cultural que valorize o potencial de aprendizado e o desenvolvimento de idosos com deficiência. Somente assim será possível transpor as lacunas e desafios atuais, transformando o "previsto" em uma realidade que assegure a dignidade e a plena participação social para todos, em todas as fases da vida.

XIII. CONCLUSÃO

O crescente envelhecimento da população, em especial o de pessoas com deficiência intelectual, um fenômeno antes menos evidente, emerge como um campo de estudo crucial e de urgência para as políticas públicas no Brasil. As Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), historicamente focadas em fases iniciais da vida, são agora desafiadas a adaptar-se a essa nova realidade demográfica, demandando uma reflexão aprofundada sobre as contribuições teóricas, práticas e para as políticas públicas advindas de pesquisas na área.

Do ponto de vista **teórico**, a pesquisa sobre políticas públicas para pessoas que envelhecem nas APAEs contribui significativamente para a intersecção de campos tradicionalmente distintos, como a Gerontologia e a Educação Especial. Como aponta Boniholi e Denari (2025), a escassez de produções científicas focadas no envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual no contexto das APAEs revela uma lacuna teórica a ser preenchida. Esta pesquisa busca, portanto, ampliar o arcabouço conceitual ao integrar perspectivas sobre longevidade, qualidade de vida, autonomia e dignidade para esse grupo específico. Ela desafia conceitos preexistentes de "inclusão" e "reabilitação", que muitas vezes se limitam à fase produtiva da vida, e propõe uma abordagem mais holística que contemple o ciclo de vida completo. A análise crítica da legislação e da literatura existente sobre o tema permite construir um referencial teórico que embasa a necessidade de uma política pública específica, que transcenda a fase escolar e laboral e se estenda à velhice. Mantoan (2003) já alertava que a inclusão não pode ser limitada a um recorte etário, mas deve ser um processo contínuo que se adapta às necessidades de cada fase da vida, o que reforça a relevância teórica de se debruçar sobre o envelhecimento.

Em termos de **contribuições práticas**, a pesquisa oferece subsídios para o aprimoramento das próprias APAEs e de outras instituições que atendem esse público. Ao identificar as necessidades específicas do envelhecimento com deficiência intelectual – que vão desde a gestão de comorbidades e a perda de habilidades funcionais até a necessidade de atividades de lazer e socialização adaptadas –, a pesquisa pode guiar a reformulação de programas, a capacitação de equipes e a adequação da infraestrutura. A compreensão das limitações atuais, tanto estruturais quanto de recursos humanos, permite propor soluções concretas, como a implementação de centros-dia especializados para idosos com deficiência intelectual, conforme o modelo explorado por Bonatelli et al. (2018), que já apontavam essa necessidade. Além disso, a pesquisa pode auxiliar na construção de protocolos de atendimento que considerem a evolução das deficiências e as particularidades do envelhecimento, promovendo uma abordagem mais centrada na pessoa e em suas necessidades individuais.

Por fim, as **contribuições para as políticas públicas** são talvez as mais impactantes. Ao mapear as lacunas na legislação e nos programas existentes, esta pesquisa oferece um roteiro para a formulação de diretrizes mais abrangentes e eficazes. A ausência de um foco explícito no envelhecimento na Lei Brasileira de Inclusão da

Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), embora abranja todas as idades, demanda uma regulamentação que detalhe as especificidades dessa fase da vida. A pesquisa pode embasar a criação de instruções normativas e resoluções estaduais e municipais que estabeleçam critérios para o financiamento de serviços para idosos com deficiência intelectual, a formação de profissionais especializados em gerontologia da deficiência, e a promoção da intersetorialidade entre saúde, assistência social e educação. A compreensão das necessidades financeiras e de recursos humanos das APAEs para atender a esse público é crucial para o direcionamento de investimentos públicos.

A **Política de Atenção Integral e Integrada da Rede APAE**, embora abrangente, pode ser fortalecida com um capítulo específico sobre o envelhecimento, garantindo que a atenção integral se estenda por todo o ciclo de vida. A pesquisa, portanto, não apenas identifica um problema, mas aponta caminhos para a construção de um arcabouço legal e operacional que assegure o direito ao envelhecimento digno e com qualidade para as pessoas com deficiência intelectual, refletindo o ideal de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

- [1]. Andrade, L. M., Sena, E. L. D. S., Pinheiro, G. M. L., Meira, E. C., & Lira, L. S. S. P. Políticas Públicas Para Pessoas Idosas No Brasil: Uma Revisão Integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, V. 18, P. 3543-3552, 2013.
- [2]. Apae Ciência. Envelhecimento E Deficiência Intelectual: O Cuidador Familiar Como Protagonista Nos Cuidados Ao Idoso. 2015. *Revista Apae Ciência*, 2(2), 40-52. Disponível Em: <https://apaeciencia.org.br/index.php/revista/article/view/78/51>
- [3]. Apae. Centrosul. Nossa História. 2018. Disponível Em: <https://www.apaacentrosul.org.br/historia> (Acesso Em 04 De Junho De 2025).
- [4]. Apae Brasil. Por Meio Do Imposto De Renda, Você Pode Fazer A Diferença. Disponível Em: <https://media.apaebrasil.org.br/cartilha.pdf>. Acesso Em: 5 Jun. 2025.
- [5]. Apaeciência. Envelhecimento E Deficiência Intelectual: O Cuidador Familiar Como Protagonista Nos Cuidados Ao Idoso. *Revista Apae Ciência*, 2(2), 40-52, 2015.
- [6]. Aranha, M. L. D. A. História Da Educação. São Paulo: Moderna, 1994.
- [7]. Araújo, L. A. D.; & Carvalho, T. A. O. P. Envelhecimento E Deficiência: Uma Dupla Vulnerabilidade. *Apae Ciência*, V. 5, N. 2, 2015.
- [8]. Assis, J. T. De. A Espacialização Da Educação Especial No Estado Do Tocantins. *Anais Do Xv Enanpege*. Campina Grande: Realize Editora, 2023.
- [9]. Brasil. Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988. Brasília, Df: Senado, 1988.
- [10]. Brasil. Lei Nº 9.394, De 20 De Dezembro De 1996. Estabelece As Diretrizes E Bases Da Educação Nacional. 1996.
- [11]. Brasil. Presidência Da República. Casa Civil. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 10.741, De 1º De Outubro De 2003. Dispõe Sobre O Estatuto Do Idoso E Dá Outras Providências. Brasília, Df, 2003.
- [12]. Brasil. Ministério Da Educação. Secretaria De Educação Especial. Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva. Brasília, Df: Mec/Seesp, 2008.
- [13]. Brasil. Lei Nº 13.019, De 31 De Julho De 2014. Estabelece Normas Gerais Para As Parcerias Entre A Administração Pública E As Organizações Da Sociedade Civil, Em Regime De Mútua Cooperação, Para A Consecução De Finalidades De Interesse Público E Recíproco. *Diário Oficial Da União*, Brasília, Df, 1º Ago. 2014.
- [14]. Brasil. Presidência Da República. Casa Civil. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 13.146, De 6 De Julho De 2015. Institui A Lei Brasileira De Inclusão Da Pessoa Com Deficiência (Estatuto Da Pessoa Com Deficiência). Brasília, Df, 2015.
- [15]. Brasil. Brasil Tem 18,6 Milhões De Pessoas Com Deficiência, Indica Pesquisa Divulgada Pelo Ibge E Mdhc. 2023. Disponível Em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc> Acesso Em 18 De Maio De 2025.
- [16]. Baltes, P. B., & Baltes, M. M. *Successful Aging: Perspectives From The Behavioral Sciences*. Cambridge University Press. 1990.
- [17]. Baltes, P. B., & Staudinger, U. M. *Wisdom: A Metaheuristic (Pragmatic) To Orchestrate Mind And Virtue Toward Excellence*. *American Psychologist*, 55(1), 122-135. 2000.
- [18]. Bardin, L. *Análise De Conteúdo*. Edições 70. 2016
- [19]. Beauvoir, S. De. *A Velhice*. Difel. 1990.
- [20]. Bengtson, V. L. Beyond The Nuclear Family: The Increasing Importance Of Multigenerational Bonds. *Generations*, 25(3), 7-12. 2001.
- [21]. Bezerra, S. S., & Antero, J. F.. Um Breve Histórico Da Educação Inclusiva No Brasil. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, 6(1), 12-25. 2020.
- [22]. Bicudo, M. A. V. *Pesquisa Qualitativa: Um Enfoque Fenomenológico*. Cortez. 2000.
- [23]. Biasus, F., Demantova, A., & Camargo, B. V. Representações Sociais Do Envelhecimento E Da Sexualidade Para Pessoas Com Mais De 50 Anos. *Temas Em Psicologia*, V. 19, N. 1, P. 319-336, 2011.
- [24]. Bueno, F. Da S. *Dicionário Escolar Da Língua Portuguesa*. Fae. (Este Dicionário, Citado Por Vieira (2020)). 1981
- [25]. Bueno, J. G. S. (2017). As Apaes E A Educação Especial: Um Percorso Histórico. *Educação E Sociedade*. Disponível Em: <https://www.scielo.br/j/es/A/36f317fw59h4qr6gzpmlw6j/?Lang=Pt> (Acesso Em 04 De Junho De 2025).
- [26]. Bonatelli, P. A. C., Et Al. Centro-Dia: Uma Opção No Atendimento Da Pessoa Envelhecendo Com Deficiência Intelectual. *Saúde Em Debate*, 2018.
- [27]. Boniholi, G., & Denari, F. E. Envelhecimento De Pessoas Com Deficiência Intelectual: Produções Das Revistas Apae Ciência E Revista Deficiência Intelectual. *Revista Brasileira De Educação Especial*, 2025.
- [28]. Bowlby, J. *Attachment And Loss*. Vol. 1. New York: Basic Books. 1969.
- [29]. Branco, M. T., De Oliveira, L. P., Félix, K. C., Macedo, J. S., Mendonça, A., & Da Silva, H. S. Suficiência De Financiamento Das Instituições De Longa Permanência Para As Pessoas Idosas: Desafios As Ofertas, Gestão E Políticas De Cuidados. *Estudos Interdisciplinares Sobre O Envelhecimento*, V. 29, 2024. Doi: <https://doi.org/10.22456/2316-2171.139729>
- [30]. Butler, R. N. Age-Isms: Another Form Of Bigotry. *The Gerontologist*, 9(4), 243-246. 1969.
- [31]. Câmara Municipal De São Paulo. Glossário Coletivo De Enfrentamento Ao Idadismo. São Paulo. Disponível Em: Glossário Coletivo De Enfrentamento Ao Idadismo Chega À 2ª Edição - Portal Do Envelhecimento E Longevidade Acesso Em 02 Maio De 2025.

- [32]. Camacho, A. C. L. F., & Coelho, M. J. Políticas Públicas Para A Saúde Do Idoso: Revisão Sistemática. *Revista Brasileira De Enfermagem*, V. 63, P. 279-284, 2010.
- [33]. Capalbo, C. *Fenomenologia E Ciências Humanas*. Uel. 1996
- [34]. Carvalho, R. E. *Educação Inclusiva: Com Os Pingos Nos "Is"*. Mediação. 2004.
- [35]. Carvalho, Isabela; Gomes, Romeu; Silva, Juliana. O Envelhecimento Da Pessoa Com Deficiência Intelectual: Desafios E Perspectivas. *Revista Brasileira De Geriatria E Gerontologia*, Rio De Janeiro, V. 20, N. 4, P. 550-562, 2017.
- [36]. Castro, L. R. O Envelhecer Na Deficiência Intelectual: Desafios E Perspectivas. Apresentação Em Evento Do Mds. 2018.
- [37]. Cellard, A. A Análise Documental. In J. Poupart, J-P. Deslauriers, L. Groulx, J. Laperrière, R. Mayer & A. P. Pires. *A Pesquisa Qualitativa: Enfoques Epistemológicos E Metodológicos* (Pp. 37-58). Vozes. 2018.
- [38]. Chiarelli, T. M., & Batistoni, S. S. T. Trajetória Das Políticas Públicas Brasileiras Para Pessoas Idosas Frente A Década Do Envelhecimento Saudável (2021-2030). *Revista Kairós-Gerontologia*, V. 25, N. 1, P. 93-114, 2022. Doi: <https://doi.org/10.23925/2176-901x.2022v25i1p93-114>
- [39]. Cipolla, M. A., & Lopes, A. Envelhecimento E Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais Do Município De São Paulo: Uma Caracterização Dos Serviços De Atendimento A Pessoa Com Deficiência Intelectual. *Revista Kairós Gerontologia*, 15(6), 239-267. 2012.
- [40]. Creswell, J. W. *Research Design: Qualitative, Quantitative, And Mixed Methods Approaches* (4th Ed.). Sage Publications, 2014.
- [41]. Cruz, P. K. R., Vieira, M. A., Carneiro, J. A., Costa, F. M. D., & Caldeira, A. P. Dificuldades Do Acesso Aos Serviços De Saúde Entre Idosos Não Institucionalizados: Prevalência E Fatores Associados. *Revista Brasileira De Geriatria E Gerontologia*, V. 23, P. E190-113, 2020. <https://doi.org/10.1590/1981-22562020023.190113>
- [42]. Conselho Estadual De Educação Do Tocantins (Cee/To). Resolução Nº 019, De 16 De Janeiro De 2024. Estabelece Normas Complementares Que Regulamentam O Acesso, A Permanência E O Direito À Aprendizagem Dos Estudantes Da Educação Especial Pertencentes Ao Sistema Estadual De Educação Do Tocantins-See/To. *Diário Oficial Do Estado Do Tocantins*, Palmas, To, 4 Mar. 2024.
- [43]. Dagnino, R., Brandão, F. C., & Novaes, H. T. Sobre O Marco Analítico-Conceitual Da Tecnologia Social. *Revista Inclusão Social*, 2009.
- [44]. Davis, Lennard J. *The Disability Studies Reader*. New York: Routledge, 2002.
- [45]. De Assis, Johnny Trindade. A Especialização Da Educação Especial No Estado Do Tocantins.
- [46]. Defensoria Pública Do Estado Do Tocantins. Defensoria Pública Reforça Política De Inclusão E Acessibilidade Da Instituição. 2024. Disponível Em: <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/defensoria-publica-reforca-politica-de-inclusao-e-acessibilidade-da-instituicao>
- [47]. Delors, J. Et Al. *Educação: Um Tesouro A Descobrir*. Relatório Para A Unesco Da Comissão Internacional Sobre Educação Para O Século Xxi. Unesco/Cortez. 1996.
- [48]. Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. *O Planejamento Da Pesquisa Qualitativa: Teorias E Abordagens*. Artmed, 2006.
- [49]. Doll, J., Ramos, A. C., & Buaes, C. S. Educação E Envelhecimento. *Educação E Realidade*, V. 40, N. 1, P. 09-15, 2015.
- [50]. Duque, Thais Oliveira; Valadão, José De Arimatéia Dias. Abordagens Teóricas De Tecnologia Social No Brasil. *Revista Pensamento Contemporâneo Em Administração*, V. 11, N. 5, P. 1-19, 2017.
- [51]. Erikson, E. H. W. Norton & Company, 1950.
- [52]. Estadão. *Pessoas Com Deficiência: Quase Metade Das Pessoas Com Deficiência São Idosas*. 2023. Disponível Em: https://www.estadao.com.br/blogs/vencer-limites/wp-content/uploads/sites/189/2023/11/Relatorio-Cgie-Pcd-23102023-Final_061120233522.Pdf
- [53]. Federação Nacional Das Apaes (Fenapaes). Documento Norteador Educação E Ação Pedagógica. 2017. Disponível Em: <https://media.apaebrazil.org.br/documento-norteador-pedagogia-final-4.pdf>
- [54]. Feck, R. M., Palma, L. E., & Aquistapasse, T. F. Procedimentos Na Orientação De Atividade Física Para Pessoas Com Deficiência Visual Em Processo De Envelhecimento. *Revista Conhecimento Online*, V. 2, P. 145-158, 2021. Doi: <https://doi.org/10.25112/Rco.V2i0.2212>
- [55]. Ferreira, J. O., & Santos, S. M. Formação Continuada De Professores Em Educação Inclusiva: Desafios E Perspectivas. *Revista Ibero-Americana De Estudos Em Educação*, 14(3), 1953-1967, 2019.
- [56]. Finkelstein, Vic. *Attitudes And Disabled People: Issues For Discussion*. New York: World Rehabilitation Fund, 1980.
- [57]. Fioravanti, C. O Preço Da Longevidade. *Revista Pesquisa Fapesp*, 189, 2011. Disponível Em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/O-Preco-Da-Longevidade/>
- [58]. Fraga, K. S., Da Silva, T. E. P., Júnior, M. A. P., Osório, N. B., De Oliveira, V. B. D., De Lira, V. F., ... & Abrão, R. K. Características Epidemiológicas De Idosos Internados Por Causas Externas Em Um Hospital Geral No Estado Do Tocantins. *Aracê*, V. 7, N. 5, P. 23649-23665, 2025. Doi: <https://doi.org/10.56238/Arev7n5-158>
- [59]. França, M. C., & Prieto, G. O. Público-Privado No Financiamento Da Educação Especial: Quem Ganha E Quem Perde No Mercado Da Benemerência? 2021. Scielo Preprints. Disponível Em: <https://preprints.scielo.org/Index.php/SciELO/Preprint/Download/4607/8842/9235>. Acesso Em: 5 Jun. 2025.
- [60]. Freitas, M. G.; Dutra, F. C. M. S. O Envelhecimento Da Pessoa Com Deficiência Intelectual: Desafios Para As Políticas Públicas. *Revista Kairós-Gerontologia*, V. 23, N. 1, P. 261-278, 2020.
- [61]. Freire, Paulo. *Pedagogia Da Autonomia: Saberes Necessários À Prática Educativa*. Paz E Terra, 1996.
- [62]. Fonseca, A. M. O Papel Da Apae Na Educação Inclusiva. In: Congresso Brasileiro Multidisciplinar De Educação Especial, 2., 2005, Londrina. Anais... Londrina: Uel, 2005.
- [63]. Godoy, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. *Revista De Administração De Empresas*, 45(3), 27-33. 2005
- [64]. Goffman, Erving. *Estigma: Notas Sobre A Manipulação Da Identidade Deteriorada*. Rio De Janeiro: Ltc, 1988.
- [65]. Glat, R., & Fernandes, E. Do "Velho" Ao "Novo" Na Educação Especial: A Questão Da Inclusão E As Implicações Para A Formação De Professores. *Educação E Pesquisa*, São Paulo, V. 36, N. 1, P. 191-205, 2010.
- [66]. Governo Do Tocantins. Governo Do Tocantins Sanciona Duas Novas Leis Que Beneficiam Pessoas Com Deficiência. O Girassol. 2023. Disponível Em: <https://ogirassol.com.br/Estado/Governo-Do-Tocantins-Sanciona-Duas-Novas-Leis-Que-Beneficiam-Pessoas-Com-Deficiencia>. Acesso Em 04 De Junho De 2025.
- [67]. Hand Talk. Barreiras De Acessibilidade: O Que É, Quais São E Como Eliminá-Las?. 2022. Disponível Em: <https://www.handtalk.me/br/blog/barreiras-para-a-acessibilidade/>. Acesso Em 17 De Maio De 2025.
- [68]. Istoé Bem Estar. Aumento Da Longevidade Das Pessoas Com Deficiência. (S.D.) Disponível Em: <https://bemestar.istoe.com.br/aumento-da-longevidade-das-pessoas-com-deficiencia/> Acesso Em 21 De Maio De 2025.

- [69]. Ibge. Mais Diferenças. Envelhecimento E Deficiência: Uma Revisão Da Literatura. 2020. Disponível Em: https://Maisdiferencas.Org.Br/Wp-Content/Themes/Maisdiferencas/Downloads/Envelhecimento_Deficiencia_Rb.Pdf Acesso Em 21 De Maio De 2025.
- [70]. Ibge. Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílios Contínua. 2022.
- [71]. Ibge. Projeção Do Ibge Mostra Que População Do País Vai Parar De Crescer Em 2041. 2024. Agência De Notícias. Disponível Em: <https://Agenciagov.Ebc.Com.Br/Noticias/202408/Populacao-Do-Pais-Vai-Parar-De-Crescer-Em-2041> Acesso Em 19 De Maio De 2025.
- [72]. Ibge. Brasil Tem 14,4 Milhões De Pessoas Com Deficiência, Diz Ibge. 2025. Cnn Brasil. Disponível Em: <https://www.Cnnbrasil.Com.Br/Saude/Brasil-Tem-144-Milhoes-De-Pessoas-Com-Deficiencia-Diz-Ibge/> Acesso De 23 De Maio De 2025.
- [73]. Instituto De Tecnologia Social (Its Brasil). Caderno De Debate – Tecnologia Social No Brasil. São Paulo: Its, 2004.
- [74]. Instituto De Tecnologia Social (Its Brasil). (S.D.). O Que É Tecnologia Social: Conceito E Dimensões. Disponível Em: <http://Inovacaosocial.Org.Br/Conheca/Tecnologia-Social/>. Acesso Em: 10 Jun. 2025.
- [75]. Jannuzzi, G. De M. A Educação Do Deficiente No Brasil: Dos Primórdios Ao Início Do Século Xxi. Campinas: Autores Associados, 2004.
- [76]. Lanna Júnior, M. C. M. (Org.). História Do Movimento Político Das Pessoas Com Deficiência No Brasil. Brasília: Secretaria De Direitos Humanos Da Presidência Da República, 2010.
- [77]. Lehmkuhl, M. A Influência Do Movimento Apacano No Desenvolvimento Da Educação Especial Brasileira A Partir Da Análise De Três Períodos. Tese (Doutorado Em Educação). Universidade Do Vale Do Itajaí, 2021.
- [78]. Lima, A. P. D., Benedetti, T. R. B., Rech, C. R., Cardoso, F. B., & Portella, M. R. Conhecimento E Atitude Sobre A Diatebes Tipo 2 Em Idosos: Estudo De Base Populacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, V. 25, P. 729-740, 2020.
- [79]. Kreuz, G., & Franco, M. H. P. Reflexões Acerca Do Envelhecimento, Problemáticas, E Cuidados Com As Pessoas Idosas. *Revista Kairós-Gerontologia*, V. 20, N. 2, P. 117-133, 2017. Doi: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-901x.2017v20i2p117-133>
- [80]. Macedo, K. B., & Boava, D. L. Fenomenologia E Administração: Possíveis Contribuições. *Revista De Administração De Empresas*, 2011
- [81]. Maia, A. C. B.; Almeida, M. A. O Papel Da Educação Física No Processo De Envelhecimento De Pessoas Com Deficiência Intelectual. *Revista Brasileira De Educação Especial*, Bauru, V. 24, N. 1, P. 129-142, Jan./Mar. 2018.
- [82]. Mantoan, M. T. E. Inclusão Escolar: O Que É? Por Quê? Como Fazer?. São Paulo: Summus Editorial, 2015.
- [83]. Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. Fundamentos De Metodologia Científica. São Paulo: 5. Ed. Atlas, 2003.
- [84]. Martins, J. D. J., Schier, J., Erdmann, A. L., & Albuquerque, G. L. D. Políticas Públicas De Atenção À Saúde Do Idoso: Reflexão Acerca Da Capacitação Dos Profissionais Da Saúde Para O Cuidado Com O Idoso. *Revista Brasileira De Geriatria E Gerontologia*, V. 10, N. 3, P. 371-382, 2007.
- [85]. Mazzotta, M. J. S. Educação Especial No Brasil: História E Políticas Públicas. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- [86]. Mendes, E. G. Inclusão: O Que As Escolas Têm A Dizer Sobre O Processo De Inclusão Escolar?. *Revista Brasileira De Educação Especial*, 16(1), 1-17, 2010.
- [87]. Mendes, E. G. A Radicalização Do Debate Sobre Inclusão Escolar De Alunos Com Deficiência. *Revista Brasileira De Educação*, Rio De Janeiro, N. 33, P. 37-52, Set./Dez. 2006.
- [88]. Merleau-Ponty, Maurice. Fenomenologia Da Percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- [89]. Minayo, M. C. D. S. Cuidar De Quem Cuida De Idosos Dependentes: Por Uma Política Necessária E Urgente. *Ciência & Saúde Coletiva*, V. 26, N. 01, P. 7-15, 2021. Doi: 10.1590/1413-81232020261.30872020
- [90]. Minayo, M. C. D. S. (2007). O Desafio Do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa Em Saúde. Hucitec.
- [91]. Ministério Da Educação (Mec) / Secretaria De Educação Especial (Seesp). Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva. Brasília, Df: Mec/Seesp, 2008,
- [92]. Moreira, D. A. Fenomenologia Do Cuidado. Vozes.2004
- [93]. Neri, A. L. (Org.). Qualidade De Vida E Idade Madura. Campinas: Papirus, 2007.
- [94]. Neri, A. L. (2006). O Que Os Psicólogos Têm A Dizer Sobre O Envelhecimento Bem-Sucedido No Século Xxi. *Psicologia: Reflexão E Crítica*, 2006.
- [95]. Nunes, S. A. N.; Saad, P. M. Envelhecimento E Deficiência: Desafios Para A Saúde Pública No Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, V. 24, N. 3, P. 865-874, 2019.
- [96]. Organização Mundial Da Saúde (Oms). Envelhecimento Ativo: Uma Política De Saúde. Genebra: Oms, 2002.
- [97]. Onu – Organização Das Nações Unidas. Convenção Sobre Os Direitos Das Pessoas Com Deficiência. Nova York: Onu, 2006.
- [98]. Paiva, K. M. D., Cesar, C. L. G., Alves, M. C. G. P., Barros, M. B. D. A., Carandina, L., & Goldbaum, M. Envelhecimento E Deficiência Auditiva Referida: Um Estudo De Base Populacional. *Cadernos De Saúde Pública*, V. 27, N. 7, P. 1292-1300, 2011.
- [99]. Papalia, D. E., & Feldman, R. D. Desenvolvimento Humano. Mcgraw-Hill Education, 2013.
- [100]. Peixoto, C. Entre O Estigma E A Compaixão E Os Termos Classificatórios: Velho, Velhote, Idoso, Terceira Idade. In: Barros Mml, Organizadora. *Velhice Ou Terceira Idade? Estudos Antropológicos Sobre Identidade, Memória E Política*. (P. 117). Pucsp, 2000.
- [101]. Pereira, K. C. R., Lacerda, J. T. D., & Natal, S. Avaliação Da Gestão Municipal Para As Ações Da Atenção À Saúde Do Idoso. *Cadernos De Saúde Pública*, V. 33, P. 1-16, 2017.
- [102]. Pedraza, D. F., Nobre, A., & Menezes, T. Avaliação Da Estratégia Saúde Da Família Na Perspectiva Dos Idosos Em Campina Grande, Paraíba. *Revista De Aps*, V. 21, N. 1, 2018. Doi: <https://doi.org/10.34019/1809-8363.2018.V21.16142>
- [103]. Petry, A. R. Envelhecimento E Deficiência Intelectual: O Cuidado Na Instituição De Longa Permanência. (Dissertação De Mestrado). Universidade Federal De Santa Maria, Santa Maria, Rs, 2014.
- [104]. Prefeitura Municipal De Araguaína. Mais De 350 Estudantes Da Apae De Araguaína Retornam Às Aulas Nesta Quinta-Feira, 15. 2024. Disponível Em: <https://www.Araguaina.To.Gov.Br/Mais-De-350-Estudantes-Da-Apac-De-Araguaina-Retornam-As-Aulas-Nesta-Quinta-Feira-15>. Acesso Em: 07 Jun. 2025.
- [105]. Revistas Usp. Facilitadores E Barreiras No Processo De Inclusão Escolar De Crianças Com Necessidades Educativas Especiais: A Percepção Das. 2015. Disponível Em: <https://revistas.usp.br/Rto/article/download/59428/101609/0>. Acesso Em 19 De Abril De 2025.
- [106]. Saviani, D. A Política Educacional No Brasil. Histórias E Memórias Da Educação No Brasil. Rio De Janeiro, V. 3, 2005.
- [107]. Salera Júnior. Publicado No Jornal Mesa De Bar News, Edição N. 266, P. 18, De 27/06/2008. Gurupi – Estado Do Tocantins.
- [108]. Serra, D. C., & Furtado, E. D. P. Os Idosos Na Eja: Uma Política De Educação Inclusiva. *Olhar De Professor*, V. 19, N. 2, P. 149-161, 2016.
- [109]. Stake, R. E. (1995). *The Art Of Case Study Research*. Sage Publications.

- [110]. Shiroma, E. O.; Moraes, M. C. M. De; Evangelista, O. Política Educacional. Rio De Janeiro: Dp&A Editora, 2004.
- [111]. Schwartzman, J. S. Síndrome De Down. São Paulo: Memnon, 2003.
- [112]. Schalock, R. L., Bonham, G., & Marchand, C. B. Quality Of Life For People With Intellectual Disability: Application Across Settings. American Association On Mental Retardation, 2022.
- [113]. Sinallink. As 7 Principais Barreiras Que Impedem A Inclusão De Pessoas Com Deficiência. 2022. Disponível Em: <https://www.sinallink.com.br/blogpost/as-7-principais-barreiras-que-impedem-a-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia>. Acesso De Em 24 De Abril De 2025.
- [114]. Silva, C. A. Parcerias Entre Governo E Organizações Não Governamentais. São Paulo: Cortez, 2000.
- [115]. Silva, O. M. Da. Apae E A Educação Especial: Da Segregação À Inclusão? In: Skliar, C. (Org.). Educação & Exclusão: Abordagens Socioantropológicas Em Educação Especial. 5. Ed. Rio De Janeiro: Mediação, 2007.
- [116]. Silva, R. F.; Seabra Júnior, L.; Araújo, P. F. De. Educação Física Adaptada No Brasil: Da História À Inclusão Educacional. São Paulo: Phorte Editora, 2008
- [117]. Silva, R. F.; Araújo, P. F. De. Os Caminhos Da Pesquisa Em Atividade Motora Adaptada. São Paulo: Phorte, 2012.
- [118]. Silva, M. D. C., & Chariglione, I. P. F. S. Envelhecimento E Pessoas Com Deficiência Nas Perspectivas Vigotskiana E Life-Span. Revista Psicopedagogia, V. 41, N. 124, P. 151-162, 2024. Doi: 10.51207/2179-4057.20240017
- [119]. Silveira, R. Z. Da, Fisher, C., & Olivier, M. A Fenomenologia Como Método De Pesquisa: Uma Análise A Partir Dos Trabalhos Publicados Nos Principais Eventos E Revistas Nacionais Em Administração - 1997 A 2008. Anais Do Enanpad, 2012.
- [120]. Skliar, C. (Org.). Educação & Exclusão: Abordagens Socioantropológicas Em Educação Especial. 7. Ed. Rio De Janeiro: Mediação, 2012.
- [121]. Tavares, R. E., Jesus, M. C. P. D., Machado, D. R., Braga, V. A. S., Tocantins, F. R., & Merighi, M. A. B. Envelhecimento Saudável Na Perspectiva De Idosos: Uma Revisão Integrativa. Revista Brasileira De Geriatria E Gerontologia, V. 20, P. 878-889, 2017.
- [122]. Tocantins. (2015). Lei Nº 2.977, De 8 De Julho De 2015. Aprova O Plano Estadual De Educação Do Tocantins – Pee/To (2015-2025) E Dá Outras Providências. Diário Oficial Do Estado Do Tocantins, Palmas, To, 8 Jul. 2015.
- [123]. Tocantins. (2023). Lei Nº 4.099, De 2 De Janeiro De 2023. Torna Obrigatória A Disponibilização De Cadeiras Adaptadas Em Todos Os Estabelecimentos De Ensino, Públicos E Particulares, No Estado Do Tocantins. Diário Oficial Do Estado Do Tocantins, Palmas, To, 2 Jan. 2023.
- [124]. Tocantins. (2023). Lei Nº 4.107, De 2 De Janeiro De 2023. Institui A Política Estadual De Proteção Dos Direitos Da Pessoa Com Transtorno Do Espectro Autista (Peptea), No Âmbito Do Estado Do Tocantins. Diário Oficial Do Estado Do Tocantins, Palmas, To, 2 Jan. 2023.
- [125]. Tocantins. Conselho Estadual De Educação. Resolução Cee/To Nº 019, De 16 De Janeiro De 2024. Estabelece Normas Complementares Que Regulamentam O Acesso, A Permanência E O Direito À Aprendizagem Dos Estudantes Da Educação Especial Pertencentes Ao Sistema Estadual De Educação Do Tocantins-See/To. Palmas - To, 2024.
- [126]. Uniaapae Mg. Captação De Recursos: Desafios Enfrentados Pelas Apaes. 2021. Disponível Em: https://www.uniaapaemg.org.br/wp-content/uploads/2021/02/6-Artigo_Ana-Celia-Silva-Soares-Barbosa_Normatizado-Final.Pdf. Acesso Em: 5 Jun. 2025.
- [127]. Unesco. Declaração De Salamanca E Linha De Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Corde, 1994.
- [128]. Universidade Da Maturidade (Uma). Projeto Político Pedagógico (Ppp). Palmas, To: Uft, 2018.
- [129]. Universidade Federal Do Tocantins (Uft). (S.D.). Uma – Universidade Da Maturidade. Disponível Em: <https://sites.uft.edu.br/uma/>. Acesso Em: 10 Jun. 2025.
- [130]. Valer, D. B., Bierhals, C. C. B. K., Aires, M., & Paskulin, L. M. G. O Significado De Envelhecimento Saudável Para Pessoas Idosas Vinculadas A Grupos Educativos. Revista Brasileira De Geriatria E Gerontologia, V. 18, P. 809-819, 2015. <https://doi.org/10.1590/1809-9823.2015.14042>
- [131]. Veras, R. Envelhecimento Populacional E As Informações De Saúde Do Pnad: Demandas E Desafios. Cadernos De Saúde Pública, Rio De Janeiro, V. 25, N. 1, P. 5-10, 2009.